do estado. Ao contrário, deve estimulá-los. Um dos nossos principais objetivos é reduzir drasticamente a burocracia no estado. Só isso já é uma grande contribuição para a melhoria da competitividade do setor produtivo.

Paraná Cooperativo - Em relação ao agronegócio paranaense, que responde por mais de 70% das exportações do estado e 1/3 do PIB do Paraná, quais ações que o governo pretende implantar para incentivar o setor?

Eduardo Sciarra – A capacidade e a qualidade do agronegócio são as razões do bom desempenho da economia paranaense nos últimos anos. Se a agricultura vai bem, o Paraná cresce. Daí o compromisso do governador Beto Richa com a produtividade de toda a cadeia do agronegócio. Na pecuária vamos perseguir a meta de tornar o Paraná livre da febre aftosa sem vacinação até 2017. Além das ações já destacadas na infraestrutura com relação ao porto e ferrovias, vamos ampliar o programa Patrulhas do Campo, que já readequou e modernizou mais de 3 mil quilômetros de estradas rurais. Além disso, o programa de Gestão de Solos e Águas em Microbacias foi retomado para proteger o nosso maior patrimônio, que é a terra.

Paraná Cooperativo - A Casa Civil tem o importante papel de articulação dentro do próprio governo. Quais são seus planos para que o Paraná adquira um novo patamar de crescimento e desenvolvimento, a partir de uma ação conjunta entre toda a estrutura do governo e de concretização das metas estabelecidas pela gestão de Beto Richa?

Eduardo Sciarra – Primeiro, a equipe do governador Beto Richa tem como compromisso trabalhar fortemente para fazer um governo que orgulhe os paranaenses. Para isso, estamos reestruturando alguns processos, para que tenhamos ainda mais controle sobre as ações do estado. Vamos desburocratizar, potencializar as ações, estabelecer métricas para medir resultados. Faremos um verdadeiro ajuste fiscal nas contas do estado. Temos grandes desafios pela frente, mas são os desafios que nos animam e entusiasmam para o trabalho. Mesmo com as dificuldades iniciais de ordem financeira, acredito que é possível fazer uma gestão que cumpra as metas estabelecidas pelo governador Beto Richa no seu plano de governo.

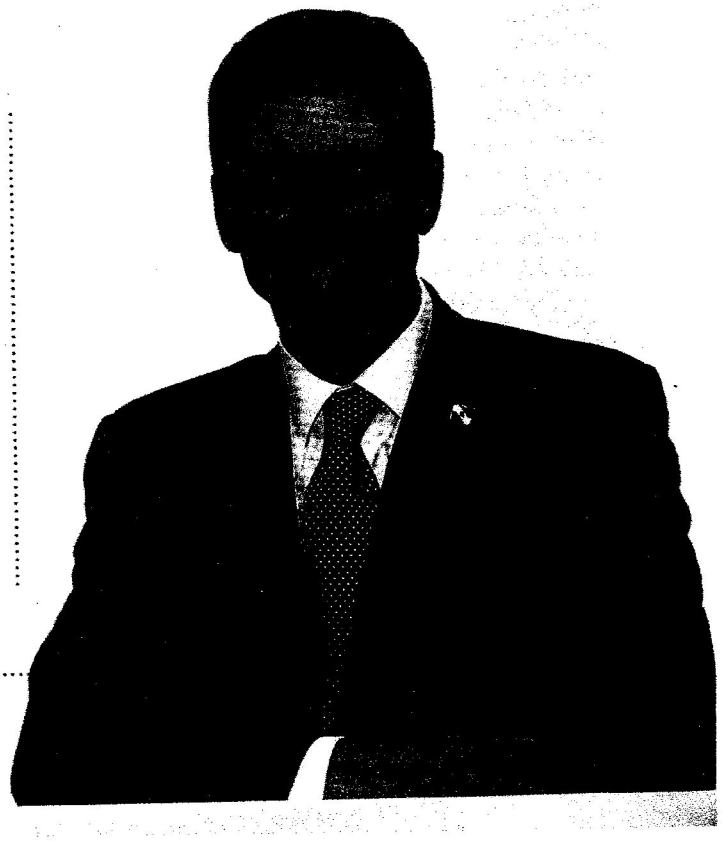
Paraná Cooperativo - As cooperativas têm grande participação no desenvolvimento econômico e social do Paraná. Em sua opinião, como o cooperativismo deve agir para que este crescimento continue nos próximos anos, e de que forma o governo pode contribuir com o setor?

Eduardo Sciarra – Com o sistema cooperativista do Paraná temos mais a aprender do que a ensinar. As nossas cooperativas têm demonstrado toda a capacidade de unir quem quer produzir e prosperar. De parte do governo, faremos o que estiver ao alcance do estado para que este fabuloso desempenho persista. Na busca de inovações, por exemplo, o estado pode ajudar com a estrutura das universidades públicas e o sistema de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Paraná Cooperativo - A Assembleia Legislativa aprovou e o Governo do Estado sancionou, no final do ano passado, o aumento de diversos impostos como IPVA, ICMS, entre outros, com o objetivo de melhorar a saúde financeira do estado. Qual a contrapartida do governo no sentido de reduzir gastos com custeio e ganhar fôlego para fazer investimentos?

Eduardo Sciarra – A primeira medida do governador Beto Richa ao tomar posse foi assinar 18 decretos que estabelecem novas normas para a aplicação dos recursos do estado. Faremos o necessário ajuste fiscal nas contas estaduais e haverá controle rígido sobre gastos de custeio. Só serão feitas despesas justificadas. Vamos gastar menos com a máquina e mais com os paranaenses. Austeridade é a palavra de ordem.

"Os prefeitos terão as portas abertas para que as demandas dos municípios fluam o mais rápido possível"



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ

Beto Richa autoriza contratação de 169 novos servidores para a Adapar

O governador assinou nesta quinta-feira (07) o decreto que autoriza a contratação dos novos servidores que vão reforçar a equipe de fiscalização da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná

Publicação

07/05/2015 17:40

Editoria

Agricultura

Confira o áudio desta notícia

p Imprimir

j Baixar

O governador Beto Richa assinou nesta quinta-feira (07) decreto que autoriza a contratação de 169 novos servidores que vão reforçar a equipe de fiscalização da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar). A medida vai ampliar a capacidade de vigilância sanitária do Paraná, que é fundamental no processo de reconhecimento internacional da erradicação da peste suína clássica, que já está consolidada no Estado, e início do processo de área livre de febre aftosa, sem vacinação.

“A estruturação da Adapar é uma importante conquista e reivindicação antiga do setor agropecuário paranaense. Um compromisso que firmamos com o setor e estamos cumprindo”, afirmou o governador. “Os novos técnicos que irão compor o quadro da autarquia vão garantir o atendimento de qualidade necessário para os nossos produtores rurais”, disse Richa.

Ele destacou a importância da agricultura e da pecuária para a economia paranaense e brasileira. “O setor gera divisas para o Brasil, ainda mais no momento de crise financeira. A agricultura tem salvo o nosso País, garantindo divisas e o superávit na balança comercial brasileira”, ressaltou. “Nada mais inteligente que garantirmos as condições favoráveis para o fortalecimento e desenvolvimento dos produtos agropecuários no Estado do Paraná”.

EXPORTAÇÃO – Entre 2011 e 2014, o Paraná exportou uma média de US$ 9,5 bilhões ao ano em carnes suína, bovina e de aves, o que representa 15% das exportações brasileiras. Segundo o secretário da Agricultura e Abastecimento, Norberto Ortigara, o reconhecimento internacional de áreas livres de peste suína clássica e de febre aftosa dará ao Paraná mais condições de vender a produção de bovinos, suínos e aves em mercados mais exigentes, que não compram de áreas onde essas doenças representam risco, como os Estados Unidos, China e Hong Kong.

“A receita poderá ser ampliada com a possibilidade da produção agropecuária paranaense acessar esses mercados”.

“Temos em vista o acesso da produção pecuária paranaense em mercados internacionais mais seguros, que pagam melhor, mas também exigem a contrapartida de importar de lugares que tenham a chancela de área livre da febre aftosa”, explicou Ortigara. “Como não temos casos clínicos de febre aftosa há mais de dez anos e temos evidências de que o vírus não circula na América há três anos, avaliamos que agora é o momento de pleitear este status”, afirmou.

De acordo com o secretário, a contratação de médicos veterinários, engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas, que representa um reforço de 31% na equipe técnica da Adapar, vai ampliar a capacidade do Estado de promover o controle de pragas na lavoura e a sanidade animal. A autarquia já conta com 544 servidores. “Com isso, o Estado cumpre o seu ofício de zelar pela principal fonte de riquezas do Paraná, que é a agropecuária”, disse.

RECONHECIMENTO – Com as contratações, o governador Beto Richa enviou à ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, pedido para que o ministério autorize as providências para a efetivação de medidas de avaliação objetivas para o Paraná ser reconhecido internacionalmente, já em maio de 2017, como área livre de febre aftosa sem vacinação.

Essa avaliação envolve, entre outras medidas, a suspensão das campanhas de vacinação contra febre aftosa no Estado, sorologia nos rebanhos bovino e bubalino e auditorias dos serviços que estão sendo realizados em todo o Estado.

“A ampliação do quadro técnico da Adapar é necessária para adequar a estrutura de defesa agropecuária do Paraná aos novos desafios”, afirmou o presidente da Adapar, Inácio Kroetz. “A agência foi criada não apenas para dar continuidade no trabalho de defesa sanitária, mas para

evoluir nesse sentido. E só vamos conseguir avançar com mão de obra qualificada", ressaltou.
Além das contratações, o governador Beto Richa autorizou a reforma e adequação de 23 postos de fiscalização localizados na divisa com os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, que também vão contribuir para ampliar a vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de animais e subprodutos de origem animal, expostos a maiores riscos.
APROVAÇÃO – Entidades do setor agropecuário aprovaram a ampliação do quadro da agência de defesa, que vai representar um avanço para o setor. Para o presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep), Ágide Meneguette, o governador Beto Richa cumpre uma promessa junto ao setor ao fortalecer a Adapar. "Para darmos um passo adiante, precisa-se de uma estrutura adequada e de técnicos capacitados. O governador está cumprindo um compromisso que assumiu com o setor", disse.
Meneguette anunciou que o sistema Faep/Senar vai oferecer um curso de especialização para 30 técnicos da Adapar na área de elaboração de projetos.
O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep), Ademir Mueller, ressalta que a medida também atinge positivamente os trabalhadores e pequenos agricultores. "A agricultura familiar também vai se beneficiar com o fortalecimento da Adapar, já que ela também vai se inserir neste mercado", afirmou. "Além disso, a abertura de novos mercados vai ampliar o número de empregos no campo e aumentar a renda dos trabalhadores rurais", ressaltou.
AVANÇOS – O secretário Norberto Ortigara ressaltou que a contratação de novos servidores representa mais um avanço entre uma série de medidas tomadas pelo Governo do Estado para ampliar o comércio da produção agropecuária paranaense. Ele citou a disponibilidade de 135 unidades locais de saúde animal e vegetal, a realização de 277 convênios para postos de atendimento nos municípios dotados com profissionais habilitados, a instalação de 33 postos de fixos e 11 unidades volantes de fiscalização.
Há também avanços importantes na informatização dos serviços da Adapar, como a emissão eletrônica de Guias de Trânsito Animal (GTAs) e inserção do Paraná na Plataforma de Gestão Agropecuária, o aperfeiçoamento do cadastro de agrotóxicos para ampliar o uso de produtos registrados e autorizados e o aumento do rigor sanitário e boas práticas de produção nas plantas industriais, graças a convênios com as indústrias.
Ortigara destacou, ainda, o controle de enfermidades como tuberculose e brucelose, o georreferenciamento de mais de 21 mil barracões aviários e de matrizeiros de suínos existentes no Estado, uma ferramenta eficaz para a vigilância sanitária, além do avanço no relacionamento entre as indústrias e a Adapar.
PRESENÇAS – Participaram do evento a secretária da Administração e Previdência, Dinorah Nogara, o secretário de Infraestrutura e Logística, José Richa Filho, o superintendente Federal de Agricultura no Paraná, Gil Bueno de Magalhães, o ex-ministro da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Renhold Stephanes, e representantes de entidades do setor agropecuário.
Saiba mais sobre o trabalho do governo do Estado em: http:///www.facebook.com/governopr e www.pr.gov.br

Saiba mais sobre o trabalho do Governo do Estado em:
http:///www.facebook.com/governopr e www.pr.gov.br

Acesse a galeria de fotos

Receba novidades e alertas personalizados da Agência de Notícias no seu e-mail ou navegador

Compartilhar no Facebook Compartilhar no Twitter Encontrou algum erro

Mais notícias

PARANÁ INFORMA

Receba as novas publicações

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS
DO PARANÁ

Últimas notícias | Na Sua Região | Fotos | Áudios | Vídeos | Acessibilidade | Contato |

Assessorias de Comunicação | Histórico de Notícias | Arquivo de Notícias | Clipping |

GOVERNO
DO ESTADO DO PARANÁ

© Secretaria de Comunicação Social.

Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
Centro Cívico 80530-909 - Curitiba - PR - MAPA

Para Informações entre em contato.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ

Debate avalia se Paraná tem condições de requerer área livre de aftosa

O secretário da Agricultura, Norberto Ortigara, defendeu nesta segunda-feira, em audiência pública na Assembleia Legislativa, que entidades da agropecuária paranaense apoiem o processo de suspensão da vacinação contra febre aftosa já a partir de novembro deste ano

Publicação

11/05/2015 16:18

Editoria

Agricultura

Confira o áudio desta notícia

p Imprimir

j Baixar

O secretário estadual da Agricultura e do Abastecimento, Norberto Ortigara, defendeu nesta segunda-feira (11), durante audiência pública na Assembleia Legislativa, que entidades de classe da agropecuária paranaense apoiem o processo de suspensão da vacinação contra febre aftosa nos rebanhos bovino e de búfalos do Paraná, já a partir de novembro deste ano.

Para Ortigara, essa é a chance do Estado ampliar o comércio interno e externo para todas as carnes e consolidar megainvestimentos industriais que estão em curso para suprir tanto o Brasil como o mercado internacional.

Sob o comando do deputado Antonio Anibelli Neto, os deputados estaduais promoveram esse debate técnico para saber, com mais detalhes, dos riscos dessa ação aos produtores. Diante da grande participação de dirigentes de entidades e público em geral, nova audiência pública foi marcada para o dia 01 de junho.

A audiência contou com praticamente todas as entidades de classe que se posicionaram, em sua maioria, a favor da continuidade do processo de suspender a vacinação contra febre aftosa no Paraná.

CONDIÇÕES TÉCNICAS - Na semana passada, o governador Beto Richa enviou ao Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento pedido para analisar as condições técnicas do Estado em iniciar o processo de obter o reconhecimento internacional de área livre de febre aftosa sem vacinação, pela Organização Munidal de Saúde Animal (OIE).

Para embasar o pedido, o governador autorizou a contratação, por meio de concurso público já realizado, de 169 profissionais entre médicos veterinários, engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas.

Eles passarão por treinamento e vão atuar nas frentes avançadas de fiscalização até o final de junho, disse o diretor-presidente da Agência de Defesa Agropecuária (Adapar), Inácio Afonso Kroetz, que fez uma apresentação das condições técnicas do Estado em levar adiante esse processo.

Segundo Kroetz, o registro de entrada e saída de animais no Estado por meio das Guias de Trânsito Animal (GTAs) reflete a saída de animais que estão sendo abatidos em outros Estados. No ano passado, entraram 78.489 animais e saíram 220.897, um déficit de 142 mil animais que poderiam ser abatidos aqui, disse. “Queremos fortalecer a indústria do abate no Paraná”, afirmou.

Outra medida adotada pelo Estado é a reforma e adequação de 23 postos de fiscalização localizados na fronteira entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, que também vão contribuir para ampliar a vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de animais e subprodutos de origem animal, expostos a maiores riscos.

INVESTIMENTOS - O secretário Norberto Ortigara disse que se nada for feito agora daqui a 10 anos o Paraná estará no mesmo lugar discutindo se inicia esse processo ou não. Segundo ele, ao longo dos últimos anos já viu as barreiras tarifárias, antes impostas pelo mercado internacional, serem transformadas em barreiras sanitárias. “E o Estado vem se preparando para derrubar essas barreiras para abrir portas de mercados mais valiosos aos produtores paranaenses”, argumentou.

Ortigara lembrou que o estado do Paraná fortaleceu o Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária (Conesa), os conselhos municipais de sanidade agropecuária com a participação

de toda a sociedade e criou a Adapar, que está em seu terceiro ano de vida, executando ações que fortalecem o serviço de sanidade agropecuária. “O Estado vem investindo mais de R$ 115 milhões ao ano na manutenção de quadros de servidores especializados, visando garantir a sanidade e a proteção contra enfermidades que oneram economicamente a produção”.

O secretário lembrou que o vírus da febre aftosa não circula no Paraná há pelo menos 10 anos, e pouco mais de três anos nas Américas. Conforme a Associação Paranaense de Suinocultores, o setor será um dos grandes beneficiados com a medida porque muitos países, como Japão e Estados Unidos, dão prioridade na compra de carnes suínas de áreas livres de febre aftosa sem vacinação. “Esse processo representa a modernização da sanidade agropecuária em todas as outras frentes”, opinou o médico veterinário Eliel de Freitas, presidente do Conselho Estadual de Medicina Veterninária do Paraná.

PESTE SUÍNA - Ortigara citou que o mesmo processo é necessário para obtenção do reconhecimento internacional de área livre de Peste Suína Clássica, que deverá ocorrer em maio de 2016.

Simultaneamente a esse processo, o Estado se prepara para melhorar a cadeia de bovinos de corte do Paraná, com foco na melhoria de todos os índices zootécnicos como taxas de natalidade, de rentabilidade, ganho de peso, redução da idade de abate, que darão condições para fortalecer também a bovinocultura paranaense.

PRÓXIMAS ETAPAS - Dirigentes da Faep, Ocepar, Fetaep, APS se posicionaram favoráveis ao governo do Paraná iniciar o processo de reconhecimento internacional de área livre de febre aftosa sem vacinação. A auditoria do Ministério da Agricultura é esperada para os meses de julho e agosto, com resultado e decisão no mês de setembro.

Em caso de decisão favorável ao início do processo, a campanha de vacinação prevista para o mês de novembro não será mais realizada, sendo essa campanha que está em curso nesse mês de maio para animais jovens de zero da 24 meses, a última.

Além da suspensão da vacinação, haverá restrições ao ingresso de animais vacinados até setembro de 2016, quando o Ministério da Agricultura envia pleito à OIE com as auditorias e exames sorológicos já realizados. A expectativa é que em maio de 2017 ocorra a formalização desse reconhecimento por parte da entidade internacional.

Saiba mais sobre o trabalho do governo do Estado em: http:///www.facebook.com/governopr e www.pr.gov.br

Saiba mais sobre o trabalho do Governo do Estado em:
http:///www.facebook.com/governopr e www.pr.gov.br

Acesse a galeria de fotos

Receba novidades e alertas personalizados da Agência de Notícias no seu e-mail ou navegador

Compartilhar no Facebook Compartilhar no Twitter Encontrou algum erro

Mais notícias

PARANÁ INFORMA

Receba as novas publicações

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS
DO PARANÁ

Últimas notícias | Na Sua Região | Fotos | Áudios | Vídeos | Acessibilidade | Contato |

Assessorias de Comunicação | Histórico de Notícias | Arquivo de Notícias | Clipping |

GOVERNO
DO ESTADO DO PARANÁ

© Secretaria de Comunicação Social.

Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
Centro Cívico 80530-909 - Curitiba - PR - MAPA

Para Informações entre em contato.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ

Paraná busca status de área livre da peste suína para ampliar exportações

Representantes da área de defesa sanitária dos estados e do Ministério da Agricultura se reuniram nesta quinta-feira (19), em Curitiba

Publicação

19/03/2015 15:29

Editoria

Agricultura

Confira o áudio desta notícia

p Imprimir

j Baixar

Com o objetivo de conquistar novos mercados para exportação de carne suína, o Governo do Paraná está tomando uma série de medidas para que o Estado obtenha a certificação internacional de área livre de peste suína clássica. O Paraná já é livre da doença sem necessidade de vacinação desde 1994, quando recebeu o status nacional de área livre.

A medida faz parte de uma estratégia nacional que é garantir o reconhecimento para outros 15 estados brasileiros.

Para isso, representantes da área de defesa sanitária dos estados e do Ministério da Agricultura se reuniram nesta quinta-feira (19), em Curitiba, para avaliar as ações realizadas em atendimento às exigências internacionais.

O Paraná terá até setembro para apresentar toda documentação exigida pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), entidade com sede em Paris (França), que controla a sanidade animal mundial. O parecer da entidade será publicado em maio de 2016.

Esse documento deverá conter, entre outros, garantias de controle, cadastro das propriedades, controle de trânsito, programas de capacitação dos servidores, estrutura do serviço veterinário estadual e conformidade com legislações e normas nacionais de vigilância para suídeos. Os estados de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul conseguiram esse ano o reconhecimento de áreas livres e tiveram a permissão para comercializar internacionalmente de carne suína.

“Esse reconhecimento é muito importante para conquistarmos mercados mais exigentes na compra de carne suína e que remuneram bem produtores e indústrias. O governo do Paraná está empenhado em dar essa condição para que a exportação de carne suína possa fluir de maneira competente e permanente”, disse o secretário estadual da Agricultura, Norberto Ortigara.

MEDIDAS - Para conquistar o reconhecimento internacional, o governo do Paraná investirá R$ 5 milhões na construção e reforma de 23 postos de fiscalização instalados nas divisas com os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. As obras deverão começar no mês de abril. A intenção é controlar a entrada de veículos com produtos de origem animal ou vegetal que não estejam dentro dos padrões e registros definidos pelo Paraná.

Outra medida anunciada pelo secretário será a contratação até maio deste ano de 169 técnicos para trabalhar na Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), autarquia criada pelo governador Beto Richa para atuar na fiscalização da produção vegetal e animal do Estado.

Inácio Kroetz, presidente da Adapar, garante que o governo estadual está otimista com a certificação do Paraná como área livre da peste suína.

De acordo com ele, essas medidas de controle das fronteiras e contratação de servidores para ajudar na fiscalização são fundamentais para provar que o Estado tem condições de fornecer carne suína internacionalmente. “O Paraná está fechando as fronteiras para a peste suína e deverá no próximo ano ser reconhecido como uma área livre. Isso será importante para agregar valor aos produtos e melhorar a renda dos paranaenses”, afirmou.

COMÉRCIO – O Paraná é o terceiro maior produtor nacional de suíno, com mais de 60 mil propriedades produtoras. Atualmente, o rebanho paranaense é de 5,3 milhões de cabeças, representando 14,5 % do total nacional.

O Paraná produziu 606 milhões de toneladas de carne suína e tem 77 abatedouros licenciados. A suinocultura representa 5,1% do Valor Bruto da Produção paranaense, correspondendo a R$ 3,52 bilhões.

O secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Décio Coutinho, disse que a certificação agregará valor ao produto e ajudará no desempenho econômico nacional. “A obtenção desse status é fundamental para a economia brasileira. A produção suína tem um importante papel na geração de empregos e de riquezas do País”, afirmou.
“A nossa prioridade é a manutenção e ampliação de mercados internacionais para nossos produtos. Para isso, estamos realizando reuniões e organizando toda a documentação para que em breve vários estados consigam obter a certificação internacional”, disse Décio Coutinho.
DOENÇA - A peste suína clássica é uma doença viral, altamente contagiosa, podendo determinar quadros de febre, hemorragias múltiplas e com alta taxa de mortalidade.
Saiba mais sobre o trabalho do governo do Estado em: http:///www.facebook.com/governopr e www.pr.gov.br

Saiba mais sobre o trabalho do Governo do Estado em: http:///www.facebook.com/governopr e www.pr.gov.br

Acesse a galeria de fotos

Mais notícias

PARANÁ INFORMA

Receba as novas publicações

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS
DO PARANÁ

Últimas notícias | Na Sua Região | Fotos | Áudios | Vídeos | Acessibilidade | Contato |

Assessorias de Comunicação | Histórico de Notícias | Arquivo de Notícias | Clipping |

GOVERNO
DO ESTADO DO PARANÁ

© Secretaria de Comunicação Social.

Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
Centro Cívico 80530-909 - Curitiba - PR - MAPA

Para Informações entre em contato.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ

Paraná está próximo de se tornar área livre de aftosa, sem vacinação

A afirmação foi feita pela ministra da Agricultura, Kátia Abreu, em Curitiba, na presença do Governador Beto Richa. Richa disse que o Paraná está fazendo todo o possível para alcançar essa conquista

Publicação

23/06/2015 13:20

Editoria

Agricultura

Confira o áudio desta notícia

p Imprimir

j Baixar

A ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, reconheceu nesta terça-feira (23), na apresentação do Plano Agrícola e Pecuário para a safra 2015/2016, na Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), em Curitiba, o esforço do governo estadual para garantir que o Paraná consiga a certificação internacional de área livre de febre aftosa sem vacinação e área livre da peste suína clássica.

Antes do encontro, Kátia Abreu se reuniu com o governador Beto Richa (PSDB) no Palácio Iguaçu. No encontro, ao lado do governador, a ministra afirmou estar otimista que as certificações saiam logo para ampliar as exportações brasileiras, com acesso a novos mercados internacionais. Ela explicou que há uma estratégia nacional para garantir o reconhecimento para outros 15 estados brasileiros. “O Paraná é um dos estados brasileiros mais adiantados para conseguir as certificações. Isso é reflexo do apoio que temos do governador”, afirmou a ministra.

O governador Beto Richa disse que o Paraná tem feito tudo o que está ao seu alcance para que obter o reconhecimento de área livre de aftosa, sem vacinação. “Isso garantirá mais exportações e renda aos produtores paranaenses”, disse Richa.

Ele explicou que, para conquistar o status de livre de aftosa sem vacinação e a certificação internacional de área livre da peste suína, o Governo do Paraná está investindo R$ 5 milhões na construção e reforma de 23 postos de fiscalização instalados nas divisas com os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. A intenção é controlar a entrada de veículos com produtos de origem animal ou vegetal que não estejam dentro dos padrões e registros definidos pelo Paraná. Além disso, o governo contratou 169 técnicos para trabalhar na Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), autarquia criada pelo governador Beto Richa para atuar na fiscalização da produção vegetal e animal do Estado.

PEDIDO – O secretário estadual da Agricultura e do Abastecimento, Norberto Ortigara, disse que os investimentos e as contratações de novos profissionais para o Adapar garantem boas perspectivas quanto a liberação das certificações. Ele explicou que o governo estadual já entrou com o pedido de reconhecimento de área livre de aftosa no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. “Agora, com os investimentos realizados, vamos esperar a auditoria no Ministério da Agricultura. A conquista desse importante certificado, que trará mais crescimento para os produtores paranaenses”.

APOIO À AGRICULTURA – No seu prounciamento, Richa reforçou a importância do Plano Agrícola e Pecuário para o Paraná e ressaltou o avanço do setor no estado, nos últimos anos. “O Paraná se consolidou como modelo em produção e produtividade, graças ao esforço do produtor rural e ao trabalho das cooperativas”, afirmou ele.

O governador lembrou que, em quatro anos, o Valor Bruto de Produção Agropecuária aumentou em mais de 60% – de R$ 44 bilhões em 2010 para estimados R$ 70 bilhões em 2014. As exportações do agronegócio chegam a US$ 12,6 bilhões – 77% das vendas externas paranaenses.

O cooperativismo faturou mais de R$ 50 bilhões no ano passado. “Sem o dinamismo do agronegócio, a situação das contas externas do país estaria muito pior”, afirmou. “Estamos aqui para renovar o compromisso com o agronegócio que tem salvo a balança comercial nacional e gerado empregos e renda aos paranaenses”, disse Richa.

O governador ressaltou a participação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) no fomento à expansão do agronegócio paranaense. “Entre 2011 e 2014, o banco

aprovou R$ 1,6 bilhão em novos contratos com as cooperativas do Paraná. No primeiro semestre deste ano, o BRDE aprovou R$ 800 milhões em financiamento, 90% deles para o agronegócio", disse Richa.

BOX I

PLANO REFLETE O MOMENTO DA ECONOMIA, DIZ PRESIDENTE DA OCEPAR

O Plano Agrícola e Pecuário para a safra 2015/2016 foi anunciado pelo governo federal no dia 2 de junho. O volume total de recursos é de R$ 188 bilhões, aumento de 20% sobre a safra anterior. João Paulo Koslovski, presidente da Ocepar, disse que o plano anunciado pelo governo federal é reflexo do momento da economia nacional.

Do valor aplicado nacionalmente, ele estima que 20% do crédito venha para o Paraná. "Apesar da área pequena de plantio, o Paraná é o segundo maior produtor nacional de grãos. É importante contar com o apoio do governo federal e estadual para fortalecer ainda mais a agricultura, que gera muitos empregos e renda para os brasileiros", disse.

Saiba mais sobre o trabalho do Governo do Estado em:

www.pr.gov.br e www.facebook.com/governopr

Mais notícias

PARANÁ INFORMA

Receba as novas publicações

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS
DO PARANÁ

Últimas notícias | Na Sua Região | Fotos | Áudios | Vídeos | Acessibilidade | Contato |

Assessorias de Comunicação | Histórico de Notícias | Arquivo de Notícias | Clipping |

GOVERNO
DO ESTADO DO PARANÁ

© Secretaria de Comunicação Social.

Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
Centro Cívico 80530-909 - Curitiba - PR - MAPA

Para Informações entre em contato.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ

Paraná inicia processo de reconhecimento de área livre de febre aftosa sem vacinação

Estado quer comprovar a capacidade de manter a erradicação da doença nos rebanhos de bovinos e de búfalos

Publicação

31/03/2015 10:50

Editoria

Agricultura

Confira o áudio desta notícia

p Imprimir

j Baixar

O Governo do Paraná apresentou ao Conselho Estadual de Sanidade Animal (Conesa), em reunião na segunda-feira (30), proposta para iniciar o processo para que o Estado seja reconhecido internacionalmente como área livre de febre aftosa sem vacinação, sob a chancela da Organização Mundial da Saúde Animal (OIE). Para isso, tem que comprovar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a capacidade de manter a erradicação da doença nos rebanhos de bovinos e de búfalos existentes no Estado.

Entre os objetivos da mudança de status sanitário está a abertura de mercados mais atraentes para a exportação de carnes bovina e suína, como dos Estados Unidos, do Japão e da Coreia. Com isso, pretende-se elevar a renda e o emprego na pecuária paranaense e em toda sua cadeia produtiva. Atualmente, o Paraná é o primeiro Estado produtor de aves, o terceiro de suínos e nono produtor de bovinos, que no ano passado geraram receitas de US$ 2,36 bilhões, US$ 132 milhões e US$ 110 milhões, respectivamente.

Para obter a autorização do ministério e prosseguir com o processo o Paraná precisa cumprir um roteiro que envolve tarefas que já estão sendo executadas para que o Estado alcance, da mesma forma, o reconhecimento internacional de área livre da peste suína clássica junto à OIE. As exigências para alcançar o status de área livre de peste suína clássica como para livre de febre aftosa sem vacinação são as mesmas. “Vamos ousar e avançar de uma vez porque o Paraná tem muito a ganhar no futuro”, propôs o secretário da Agricultura e do Abastecimento, Norberto Ortigara.

A reunião do Conesa contou com a participação do diretor de Saúde Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Guilherme Marques, e do superintendente do Ministério da Agricultura no Paraná, Gil Bueno de Magalhães.

POSTOS DE FISCALIZAÇÃO - O Paraná já cumpriu quase todos os requisitos necessários aos processos para o reconhecimento, faltando apenas a reestruturação física de postos de fiscalização nas áreas de fronteiras com São Paulo e Mato Grosso do Sul e a nomeação de servidores concursados para reforçar a Agência de Defesa Agropecuária (Adapar), executora do processo.

Segundo Inácio Afonso Kroetz, diretor presidente da Adapar, responsável pelo serviço de defesa agropecuária do Estado, já está em curso o processo de construção e de reformas de postos de fiscalização, com a colaboração financeira da iniciativa privada, que será beneficiada diretamente com esse processo.

Outros cinco postos já existentes serão adequados e serão reforçadas as fiscalizações volantes que monitoram o trânsito de animais e produtos de origem animal em todo Estado, para saber se estão de acordo com a legislação.

O Estado também se comprometeu em autorizar a nomeação de 169 novos servidores para reforçar os quadros de fiscalização da Adapar, já no início de maio.

DISCUSSÃO - Durante a reunião, foram apresentadas as consequências do processo para que o Paraná seja considerado área livre de febre aftosa sem vacinação, como o fechamento de fronteiras para o trânsito interestadual de algumas categorias de animais. A preocupação de alguns dos conselheiros referiu-se a movimentação de animais e a realização de exposições agropecuárias.

O diretor de Saúde Animal, Guilherme Marques, tranquilizou os conselheiros afirmando que, se todas as regras forem cumpridas, a legislação prevê exceções devidamente monitoradas tanto

para a realização das exposições como PARA o transporte de animais para o abate dentro do Estado.

Aventou-se a possibilidade de o Paraná apresentar o pedido em bloco com outros estados como Rio Grande do Sul, São Paulo e Mato Grosso do Sul ou em separado. Segundo Marques, agora é o momento de avançar para essas questões tanto no Brasil como na América do Sul, onde o vírus da doença não circula há mais de três anos. Ele elogiou o Paraná pela iniciativa e disse que está pronto a colaborar para concretizar esse projeto.

ROTEIRO - Para alcançar o novo status sanitário para as duas doenças, o Estado do Paraná terá que cumprir um roteiro que será avaliado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Se for iniciado agora, tem grande chance de obter o reconhecimento internacional de área livre de febre aftosa sem vacinação a partir de maio de 2017, afirmou Guilherme Marques, do Ministério da Agricultura.

Antes disso, o ministério fará uma auditoria para conferir se o Estado cumpriu todas as exigências feitas pelos órgãos federal e internacional, ação que será seguida de sorologia epidemiológica para demonstrar definitivamente a ausência de circulação do vírus no Paraná. Se tudo correr bem, o ministério apresenta o pedido à OIE em setembro do próximo ano, informou Marques.

Além da reestruturação física e de pessoal que, segundo Marques, representa o patrimônio que o Estado vai oferecer para o alcance do status sanitário referente às duas doenças, o Paraná deve proceder a próxima etapa de vacinação contra febre aftosa, em maio, com o máximo de adesão por parte dos produtores.

“Esta campanha, que será feita somente em animais jovens de zero a 24 meses, deverá ter o máximo de rigor”, recomendou.

DEFESA AGROPECUÁRIA - O Paraná está livre de febre aftosa com vacinação há 10 anos. Uma das iniciativas do Governo do Paraná para alcançar a excelência dos serviços de sanidade animal, conforme exigem o ministério da Agricultura e a OIE, foi criar a Agência de Defesa Agropecuária (Adapar), autarquia vinculada à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, com mais autonomia técnico-financeira e com foco na prevenção e erradicação de doenças e pragas que podem afetar a agropecuária paranaense.

A reunião do Conesa contou com a presença dos conselheiros que representam entidades como Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, Associação Paranaense de Suinocultores, Sindicato da Indústria de Carnes do Paraná, Sociedade Rural do Paraná, FUNDEPC, Sindicato da Indústria do Leite, Federação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, Associação Paranaense de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa, Cooperativa Frimesa, Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e empresas vinculadas como Adapar, Iapar, Emater e Ceasa.

Saiba mais sobre o trabalho do Governo do Estado em:
http:///www.facebook.com/governopr e www.pr.gov.br

Acesse a galeria de fotos

Receba novidades e alertas personalizados da Agência de Notícias no seu e-mail ou navegador

Compartilhar no Facebook Compartilhar no Twitter Encontrou algum erro

Mais notícias

PARANÁ INFORMA

Receba as novas publicações

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS
DO PARANÁ

Últimas notícias | Na Sua Região | Fotos | Áudios | Vídeos | Acessibilidade | Contato |

Assessorias de Comunicação | Histórico de Notícias | Arquivo de Notícias | Clipping |

GOVERNO
DO ESTADO DO PARANÁ

© Secretaria de Comunicação Social.

Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
Centro Cívico 80530-909 - Curitiba - PR - MAPA

Para Informações entre em contato.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ

Paraná lança programa para se tornar referência em qualidade de carne

O lançamento foi feito pelo governador Beto Richa e lideranças do setor agropecuário. “Vamos apoiar os produtores para uso de novas tecnologias e manejo do rebanho”, afirmou o governador

Publicação

11/08/2015 15:00

Editoria

Agricultura

Confira o áudio desta notícia

Imprimir

Baixar

O Governo do Paraná e entidades do setor agropecuário lançaram, nesta terça-feira (11), no Palácio Iguaçu, em Curitiba, o Programa de Modernização da Pecuária de Corte do Paraná, um conjunto de medidas para fortalecer o setor, ampliar as exportações e tornar o Paraná referência na produção de carne de qualidade. O lançamento foi feito pelo governador Beto Richa e lideranças do setor.

A pecuária bovina de corte representa um ativo importante na pauta de exportações e para o abastecimento do mercado interno. O programa contém medidas para fortalecer e tecnificar o setor e, também, para tornar o Paraná autossuficiente na produção de bezerros. A duração inicial é de dez anos.

“Como o Paraná não é dos maiores produtores de gado de corte do país, nosso objetivo é tornar o estado reconhecido pela qualidade da carne. Vamos apoiar os produtores para uso de novas tecnologias e manejo do rebanho”, afirmou o governador. Ele destacou a importância do setor para economia paranaense e brasileira, em especial no momento de crise econômica nacional.

Na presença de presidentes de sindicatos rurais e pecuaristas, Richa ressaltou a importância do agronegócio e lembrou que o setor garante , anualmente, o superávit na balança comercial brasileira. “O agronegócio cria empregos e tem levado o Brasil nas costas”, disse.

Ele reafirmou o compromisso do governo estadual com o setor e enumerou avanços dos últimos anos, como a criação da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), que atua na adoção de medidas de prevenção e preservação da sanidade da produção agropecuária. “O governo estadual faz o que está ao seu alcance para que o Paraná possa conquistar o reconhecimento de área livre de aftosa, sem vacinação. Isso garantirá mais exportações e renda aos produtores paranaenses”, disse Richa.

O presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep), Ágide Meneguette, agradeceu ao governo estadual pelo suporte técnico e disse que o Paraná tem um grande potencial para aumentar sua produção bovina.

“A meta, no entanto, é melhorar a qualidade da produção. Queremos ser reconhecidos pela qualidade. Vamos investir em novas tecnologias e melhoramentos genéticos para conseguir ingressar em novos mercados, principalmente, o interno. Isso melhorará a economia gerando incremento de renda aos produtores”, avaliou Meneguette

TECNOLOGIAS PRODUTIVAS - Com o programa de modernização da pecuária de corte, os produtores poderão ter a renda elevada, com aumento da produtividade proporcionada pelo rápido giro do capital investido e do abate de animais mais jovens, através da adoção de tecnologias produtivas mais eficientes.

O resultado pretendido é a produção de carcaças com tipo e padrão de qualidade, adequados às necessidades da indústria, o que permitirá a oferta de carne de qualidade com regularidade e padronização, em conformidade com os requisitos de sanidade e segurança alimentar.

O programa quer viabilizar a cadeia produtiva da carne bovina, desde a produção até a industrialização e comercialização, por meio da integração e cooperação entre todos os envolvidos. Por isso tem forte parceria da iniciativa privada, através da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

O pecuarista Rodolfo Botelho, presidente do Sindicato Rural de Guarapuava e coordenador do programa disse que o objetivo não é competir em quantidade com outros estados brasileiros. “Competir com a larga escala seria inviável. Queremos consolidar o Paraná como o melhor

produtor de carne do Brasil", disse.

NOVOS MERCADOS - De acordo com o secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Norberto Ortigara, o programa vai incentivar cerca de 56 mil propriedades de bovinos de corte a adotarem modernas técnicas de produção. Isso permitirá que os produtores possam se beneficiar ainda mais do mercado, que está favorável à produção de carnes. "Queremos melhorar muito para que o Paraná seja reconhecido por produzir uma carne macia, suculenta e saborosa", disse. "O Paraná tem grande potencial para participar das exportações brasileiras, cuja tendência é de elevação. Por isso, o Governo do Estado decidiu apoiar com mais intensidade esse setor", afirmou Ortigara. A modernização vai refletir no aumento de renda do pecuarista e também preparar o Estado para quando for definitivamente instalado o processo de área livre de febre aftosa sem vacinação.

PRESENÇAS - Participaram da solenidade presidentes de 120 sindicatos rurais de municípios paranaenses, dirigentes das indústrias frigoríficas, das cooperativas, representantes de médicos veterinários, zootecnistas, das universidades, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e demais entidades ligadas à cadeia produtiva da pecuária bovina de corte e deputados estaduais.

Box 1

OFERTA DE 480 MIL BEZERROS A MAIS POR ANO

Na última década, o rebanho paranaense perdeu cerca de 10% do número de cabeças em função do abate de matrizes. O resultado foi a redução na produção de bezerros em número suficiente para movimentar a cadeia produtiva dentro do Estado. "É preciso melhorar o desempenho do Estado que ainda produz pouco por hectare utilizado", avaliou o secretário Norberto Ortigara.

A meta, com o Programa de Modernização da Pecuária de Corte, é aumentar a taxa de natalidade média do estado para ter uma oferta de 480 mil bezerros de corte a mais anualmente. Em dez anos, o rebanho bovino diminuiu de 10 milhões para 9,2 milhões cabeças. Muitas matrizes foram abatidas com o avanço do cultivo da soja e da cana-de-açúcar sobre as áreas de pastagens, que ofereciam mais renda ao agricultor. "Queremos equilibrar essas atividades, porque tanto a agricultura como a pecuária geram renda e empregos no campo e ajudam a fortalecer a economia do Paraná", disse Ortigara.

Box 2

PROPRIEDADES DE REFERÊNCIA,
CAPACITAÇÃO E FINANCIAMENTO

O Programa de Modernização da Pecuária de Corte está alicerçado nas alterações dos índices zootécnicos do rebanho, na criação de propriedades de referência, realização de seminários para os pecuaristas e a busca de linhas de financiamento mais adequadas ao setor.

Nos índices zootécnicos, as metas traçadas para um período de 10 anos são reduzir a idade de abate, dos atuais 37 meses, em média, para 30 meses; elevar a produção de carcaça dos atuais 137 quilos por hectare/ano para 210 quilos/por hectare ano; elevar a taxa de desfrute dos atuais 21% para 25% e ampliar a ocupação em áreas de pastagens, de 1,4 cabeça por hectare para 2 cabeças por hectare.

O pecuarista contará com o apoio da assistência técnica pública e privada, além de capacitação que será oferecido pelo Senar. Serão criadas 250 redes de referência em propriedades modelo em tecnologia de produção e de manejo do rebanho. A Secretaria da Agricultura e do

Abastecimento, em parceria com a Faep, irá realizar seminários em todos os municípios, durante dois anos.

O coordenador do programa explicou que também está sendo trabalhada melhorias nas linhas de crédito oferecidas ao pecuarista para reter matrizes e elevar a produção de bezerros. Linhas de financiamentos aos produtores serão disponibilizadas pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica, Fomento Paraná e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

As ações iniciais envolvem a realização de um ciclo de eventos em 2015 e 2016. A expectativa é a realização de pelo menos 20 eventos regionais, por todo o estado, preferencialmente em propriedades de destaques.

A primeira ação efetiva do programa será a criação de um comitê gestor, composto por representantes da Secretaria da Agricultura, da Emater, Adapar, Iapar, Faep, das universidades estaduais e federais, do Fundepec e do Senar.

Saiba mais sobre o trabalho do Governo do Estado em: www.pr.gov.br e www.facebook.com/governopr

Mais notícias

PARANÁ INFORMA

Receba as novas publicações

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ

Últimas notícias | Na Sua Região | Fotos | Áudios | Vídeos | Acessibilidade | Contato |

Assessorias de Comunicação | Histórico de Notícias | Arquivo de Notícias | Clipping |

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

© Secretaria de Comunicação Social.

Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
Centro Cívico 80530-909 - Curitiba - PR - MAPA

Para Informações entre em contato.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ

Paraná lança última campanha de vacinação contra a febre aftosa

O secretário da Agricultura, Norberto Ortigara, apresentou nesta segunda-feira ao governador Beto Richa o cronograma da última campanha de vacinação contra a febre aftosa, que será lançada no dia 30 de abril

Publicação

20/04/2015 14:40

Editoria

Agricultura

Confira o áudio desta notícia

p Imprimir

j Baixar

O secretário estadual da Agricultura e Abastecimento, Norberto Ortigara, apresentou nesta

segunda-feira (20) ao governador Beto Richa o cronograma da última campanha de vacinação contra a febre aftosa, que será lançada no dia 30 de abril. O Estado já iniciou, junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o processo para se tornar área livre da doença sem a vacina, sob chancela da Organização Mundial da Saúde Animal (OIE).

“Temos dado todo o respaldo para que o Paraná dê este importante passo, que irá valorizar nossa produção pecuária e permitirá que os produtores busquem mercados mais atrativos para exportar a produção de carne bovina e suína”, afirmou o governador Beto Richa.

No lançamento da campanha, o governador irá inaugurar uma das barreiras físicas que estão sendo implantadas nas divisas com São Paulo e Mato Grosso do Sul, que irá aperfeiçoar o sistema de vigilância sanitária e o trânsito de animais no Estado, além de nomear os servidores aprovados em concursos para reforçar a estrutura da Agência de Defesa Agropecuária (Adapar), executora do processo.

De acordo com Ortigara, cerca de 4 milhões de cabeças de gado e de búfalos com até 24 meses de idade serão vacinados. Com isso, não será necessária uma segunda etapa da campanha, no mês de novembro, já que os animais mais velhos já foram imunizados. “Estamos há três anos sem a circulação do vírus na América e já faz mais de dez anos que não há foco de aftosa no Paraná, por isso achamos que chegou o momento de buscar este novo status de sanidade animal”, declarou o secretário.

ABERTURA DE MERCADOS – O Paraná será o segundo estado brasileiro, atrás apenas de Santa Catarina, a manter a febre aftosa erradicada nos rebanhos de bovinos e bubalinos, o que permite a abertura dos mercados que remuneram melhor as carnes bovina e suína, como os Estados Unidos, o Japão e a Coreia do Sul. “O reconhecimento internacional de área livre sem a vacina é um grande passaporte para que possamos acessar outros mercados”, disse Ortigara.

O secretário ressaltou que o Paraná é, hoje, o principal produtor de aves, o terceiro de suínos e nono produtor de bovinos no País. O Estado é também um dos principais produtores de leite do Brasil, com a previsão de exportação nos próximos anos.

REQUISITOS – O Estado já cumpriu grande parte dos requisitos necessários para o reconhecimento, faltando apenas a reestruturação física de postos de fiscalização nas divisas com São Paulo e Mato Grosso do Sul e a nomeação dos novos servidores da Adapar.

Já foram iniciadas a construção e as reformas de postos de fiscalização, com a colaboração da iniciativa privada, que será beneficiada diretamente com o processo. Outros cinco postos já existentes serão adequados e as fiscalizações volantes, que monitoram o trânsito de animais e produtos de origem animal em todo Estado, serão reforçadas.

Saiba mais sobre o trabalho do governo do Estado em:
www.facebook.com/governopr e www.pr.gov.br

Saiba mais sobre o trabalho do Governo do Estado em:
http:///www.facebook.com/governopr e www.pr.gov.br

Acesse a galeria de fotos

Receba novidades e alertas personalizados da Agência de Notícias no seu e-mail ou navegador

Compartilhar no Facebook Compartilhar no Twitter Encontrou algum erro

Mais notícias

PARANÁ INFORMA

Receba as novas publicações

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS
DO PARANÁ

Últimas notícias | Na Sua Região | Fotos | Áudios | Vídeos | Acessibilidade | Contato |

Assessorias de Comunicação | Histórico de Notícias | Arquivo de Notícias | Clipping |

GOVERNO
DO ESTADO DO PARANÁ

© Secretaria de Comunicação Social.

Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
Centro Cívico 80530-909 - Curitiba - PR - MAPA

Para Informações entre em contato.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ

Vacina contra a febre aftosa. - Foto Jonas Oliveira/AENoticias

Paraná vai manter o calendário de vacinação contra febre aftosa

A próxima campanha será em novembro, de 1º a 30, quando deverão ser imunizados animais de todas as idades

Publicação

05/08/2015 11:50

Editoria

Agricultura

Confira o áudio desta notícia

Imprimir

Baixar

O Paraná vai manter o calendário de vacinação contra febre aftosa no rebanho bovino e de búfalos neste ano. A próxima campanha será em novembro, de 1º a 30, quando deverão ser

imunizados animais de todas as idades. A informação é da Secretaria estadual da Agricultura, que divulgou nota sobre o processo “Paraná Zona Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação”.

Em maio de 2015, o governo do Paraná solicitou ao Ministério da Agricultura para iniciar os procedimentos para obtenção do reconhecimento internacional de zona livre de peste suína clássica e o de zona livre de febre aftosa, sem vacinação.

Os requisitos necessários para prosseguir com esse processo não foram concluídos no tempo previsto anteriormente, diante da crise nacional e das dificuldades econômicas enfrentadas pelo Estado no primeiro semestre, explicou o secretário Norberto Ortigara.

De acordo com Ortigara, a contratação de novos servidores para a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) ocorreu recentemente em junho, e estão passando por fases de treinamento e capacitação para exercerem o papel de fiscais agropecuários e de assistentes de fiscalização.

Da mesma forma, as obras de adequação dos 23 postos de fiscalização do trânsito agropecuário, nas divisas com São Paulo e Mato Grosso do Sul, não estão concluídas.

O secretário informou que está em curso, por parte da Adapar, uma rigorosa revisão do cadastro de propriedades e de inventário de rebanhos suscetíveis, que vai formar uma base para um eficiente controle do trânsito de animais, requisito necessário ao processo do Ministério da Agricultura, e da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).

Segundo o secretário, o Paraná mantém todos os esforços e vem adotando um conjunto de medidas visando gradativamente obter o reconhecimento internacional de área livre de diversas enfermidades como febre aftosa, peste suína clássica, tuberculose bovina, brucelose e outras.

No caso da peste suína clássica, o calendário para obter o reconhecimento de área livre da enfermidade sem vacinação foi mantida para maio de 2016. Assim que forem concluídos os procedimentos necessários a esse processo, será encaminhado o pedido ao Ministério da Agricultura.

MELHOR DEFESA AGROPECUÁRIA - De acordo com o diretor-presidente da Adapar, Inácio Afonso Kroetz, o Paraná está se estruturando para ter o nível mais alto de defesa agropecuária para proteção dos rebanhos, culturas vegetais e qualificar os produtos paranaenses. Ficar livre de uma enfermidade sem vacinação, como no caso da febre aftosa, é reconhecimento de um serviço de defesa agropecuária de alta qualidade. “Isso é muito bem visto por todos os mercados, tanto o de importação como de exportação”, afirmou.

Para Kroetz, se a defesa agropecuária ficar estruturada e aparelhada, como está em curso, a condição de área livre das enfermidades sem vacinação será mera consequência. E esse esforço de aparelhamento da defesa significa a proteção do patrimônio genético, econômico e social do Paraná. “Trata-se de uma atribuição da Adapar e isto requer uma estrutura sólida, robusta e duradoura”, afirmou.

Saiba mais sobre o trabalho do governo do Estado em:
http:///www.facebook.com/governopr e www.pr.gov.br

Saiba mais sobre o trabalho do Governo do Estado em:
http:///www.facebook.com/governopr e www.pr.gov.br

Acesse a galeria de fotos

Receba novidades e alertas personalizados da Agência de Notícias no seu e-mail ou navegador

Compartilhar no Facebook Compartilhar no Twitter Encontrou algum erro

Mais notícias

PARANÁ INFORMA

Receba as novas publicações

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS
DO PARANÁ

Últimas notícias | Na Sua Região | Fotos | Áudios | Vídeos | Acessibilidade | Contato |

Assessorias de Comunicação | Histórico de Notícias | Arquivo de Notícias | Clipping |

GOVERNO
DO ESTADO DO PARANÁ

© Secretaria de Comunicação Social.

Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
Centro Cívico 80530-909 - Curitiba - PR - MAPA

Para Informações entre em contato.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ

Vacina contra a febre aftosa. - Foto Jonas Oliveira/AENoticias

Vacinação contra febre aftosa segue até dia 30 com reforço na fiscalização

A meta é vacinar 100% do rebanho bovino e de búfalos de todas as idades (mamando a caducando), estimado em 9,15 milhões de cabeças no Paraná

Publicação

04/11/2015 14:40

Editoria

Agricultura

Confira o áudio desta notícia

p Imprimir

j Baixar

A Agência de Defesa Agropecuária (Adapar), empresa vinculada à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, informa que a segunda etapa anual da campanha estadual de vacinação contra a febre aftosa segue até 30 de novembro. A meta é vacinar 100% do rebanho bovino e de búfalos de todas as idades (mamando a caducando), estimado em 9,15 milhões de cabeças no Paraná.

A campanha iniciada em 1º de novembro tem duração de 30 dias. A Adapar vai contar com um incremento na fiscalização, com a entrada de novos servidores que foram admitidos nesse ano após realização de concurso público. “O ingresso de profissionais, médicos veterinários e assistentes de fiscalização, reforçará o efetivo de fiscalização no cumprimento da campanha estadual de vacinação contra febre aftosa”, afirma o gerente de Saúde Animal da Agência de Defesa Agropecuária, Rafael Gonçalves Dias.

De acordo com a Adapar, as vacinas estão disponíveis no mercado e a recomendação é que a vacinação e a comprovação sejam feitas o mais rápido possível.

A Adapar também está revitalizando os 33 postos de fiscalização existentes nas fronteiras com os estados do Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina, dos quais cinco estão em processo de licitação para construção de unidades novas. “Com os postos adequados, aumenta a fiscalização do trânsito interestadual de animais”, explicou Dias.

A revitalização dos postos e a construção de novas unidades estão em andamento, com financiamento do Instituto de Florestas do Paraná, empresa também vinculada à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento.

Para comprovar da vacinação, o produtor tem duas opções. Ele pode preencher o comprovante de vacinação, relacionando a quantidade de animais existentes na propriedade e de animais vacinados, por sexo e por idade. Depois, deve entregar essa comprovação nas Unidades Locais de Sanidade Agropecuária da Adapar. A outra opção é online, cumprindo o mesmo procedimento, no endereço eletrônico www.adapar.pr.gov.br.

MULTA – Rafael Dias recomenda ao produtor e pecuarista que vacine e comprove a vacinação do rebanho o quanto antes. Ao final do prazo da campanha, o produtor que não vacinar será autuado e poderá ser multado.

Para quem tem até 10 cabeças na propriedade, a multa será de R$ 799,00. Para quem tem rebanho acima dessa quantidade a multa será de R$ 79,90 por cabeça não vacinada.

Na última campanha, em maio de 2015, foram vacinados os animais de zero a 24 meses de idade e o índice de vacinação atingiu 97%. Segundo Dias, os índices de vacinação contra febre aftosa no Paraná nos últimos anos estão acima de 95%, considerado adequado. “Mas queremos atingir 100% e para isso contamos com a colaboração do agricultor para que não deixe de vacinar seu rebanho, já que a vacina é uma proteção do seu patrimônio”, afirmou.

A febre aftosa é uma doença infecciosa aguda, causado por vírus e bastante contagiosa, que atinge os rebanhos de bovinos, búfalos, ovinos, caprinos e suínos, que causa grandes prejuízos na exploração da pecuária. Os países e áreas livres de febre aftosa estabelecem fortes barreiras à entrada de animais, ou derivados, de regiões com febre aftosa.

Dias alerta que basta a incidência de apenas um foco da doença para ocorrer restrição ao mercado internacional, e até mesmo ao mercado nacional. “Animais e produtos de origem animal ficam proibidos de serem comercializados, com efeitos negativos sobre a pecuária e na economia do País, com graves consequências sociais”.

Saiba mais sobre o trabalho do Governo do Estado em: http:///www.facebook.com/governopr e www.pr.gov.br

Acesse a galeria de fotos

Receba novidades e alertas personalizados da Agência de Notícias no seu e-mail ou navegador

Compartilhar no Facebook Compartilhar no Twitter Encontrou algum erro

Mais notícias

PARANÁ INFORMA

Receba as novas publicações

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS
DO PARANÁ

Últimas notícias | Na Sua Região | Fotos | Áudios | Vídeos | Acessibilidade | Contato |

Assessorias de Comunicação | Histórico de Notícias | Arquivo de Notícias | Clipping |

GOVERNO
DO ESTADO DO PARANÁ

© Secretaria de Comunicação Social.

Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
Centro Cívico 80530-909 - Curitiba - PR - MAPA

Para Informações entre em contato.

SISTEMA FAEP

SENAR PARANÁ

FAEP FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

SINDICATO RURAL

BOLETIM INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXIV nº 1293 - 16/03/2015 a 22/03/2015

Tiragem desta edição 25.000 exemplares

ÁGIDE: OS DESAFIOS DE 2015

HISTÓRIA

O Batalhão de Suez

BIOGÁS

A Energia Alternativa

MST

O "exército" do vandalismo

Ortigara: "Ajuste fiscal cavalar"

Secretário da Agricultura explica que 91% da receita é gasto com pessoal

Diante das lideranças sindicais presentes à posse da diretoria da FAEP, o secretário Norberto Ortigara, da Agricultura, abordou várias questões envolvendo a economia do Estado. Resumo do seu relato:

No primeiro mandato do Beto a massa salarial cresceu 80%. Tinha muita coisa represada, categorias insatisfeitas, coisas que não avançavam e que deram um gasto adicional com pessoal. Isso inclui R$ 4 bilhões a mais com previdência e R$ 2,5 bilhões adicionais de despesas garantidas constitucionalmente a outros poderes. Um direito dado pela democracia, um direito deles.

As perdas foram agravadas pelo retardamento do IPVA que sempre é receita de janeiro/fevereiro e dá um bom dinheiro para o Estado. Há um ajuste fiscal cavalar sendo feito no Paraná. Cavalar. Mais uns três ou quatro meses e saímos dessa. Em abril entra o IPVA, em maio a primeira leva do ICMS e só com a tributação da gasolina e do etanol dá uma boa grana, por exemplo.

O Paraná hoje gasta 91% das suas receitas tributárias próprias com pessoal, se somar os poderes todos dá mais de 105%. O esforço que se faz é em pagar bem, reconhecer o esforço do servidor, implantar a meritocracia. Pagar bem, mas tem que trabalhar. O Beto colocou pra dentro do Estado 23 mil professores, 10 mil policiais. O Paraná tinha o menor efetivo per capita da Brasil ou seja, insegurança no campo e na cidade e por isso que a folha cresceu.

Queremos o Estado investindo mais. Dinheiro do contribuinte destinado a fazer obras, ações que resultem em melhor serviço para a população.

Esse é o desafio do governador. Ninguém é idiota ou trouxa de pegar um capital político, uma eleição ganha no primeiro turno e queimar por conta de fazer maldade. Isso não existe. A ideia era mexer em coisas arraigadas, em algumas feridas, em alguma regalias, mas foi mal explicado e mal posicionado.

No agronegócio, por exemplo, estamos tratando com o MAPA e com os demais Estados o aproveitamento daqueles mercados que estão abertos para nós se tivermos competência e provarmos que estamos bem. Precisamos fazer umas casinhas na beira do Paranapanema e do Rio Paraná para o controle de trânsito de produtos e botar alguns profissionais já concursados para melhorar nossa capacidade de ação.

Estamos no sufoco, temos recebido muita ajuda. Ou a gente faz isso, ou, vamos esperar um ou dois anos bebendo agua suja. Os catarinas estão no mercado japonês, americano e a gauchada receberão a honraria de área livre de peste suína pela OIE. E a gente não consegue, por falta de trocados.

SISTEMA FAEP

SENAR PARANÁ

FAEP FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

SINDICATO RURAL

BOLETIM INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXIV nº 1301 - 18/05/2015 a 24/05/2015

Tiragem desta edição 25.000 exemplares

UM PAÍS NÃO VENDE CARNE, MAS SANIDADE E QUALIDADE

CANA-DE-AÇÚCAR

As pesquisas da RIDESA

HISTÓRIA

Os carrões dos poderosos

CAFÉ

O sabor refinado da Fazenda Harmonia

O Paraná livre da aftosa sem vacinação

Discurso do presidente da FAEP, Ágide Meneguette, na Assembleia Legislativa, em 11 de maio de 2015, durante audiência pública que tratou da suspensão da vacinação contra febre aftosa nos rebanhos bovinos e de búfalos do Estado

O Paraná livre de febre aftosa sem vacinação é um passo importante e necessário para o desenvolvimento da nossa pecuária. Era o que se esperava depois de um esforço de anos e da superação de vários obstáculos. O que nos motiva a aprovar e a apoiar a decisão do governo do Estado é uma história que vem de longe.

Quando ocorreu o surto de aftosa em 1994, a FAEP tomou a decisão de trabalhar para dar à nossa pecuária – bovina, suína e aves – as condições indispensáveis para garantir a sanidade de nosso produto tanto no mercado doméstico como no mercado externo.

Naquele ano, a FAEP participou ativamente da elaboração da Lei nº 11.504 de 1996, quando o secretário da Agricultura, Hermas Brandão, convenceu o governador a submeter à aprovação da Assembleia Legislativa.

A partir de então, todos os anos a FAEP enviou técnicos de seus quadros e do Estado para acompanhar as assembleias e reuniões da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) e da Comissão Sul Americana para Erradicação da Febre Aftosa (Cosalfa).

No final dos anos 90, pressionou o governo do Estado começou a contratar novos técnicos para o Departamento de

Fiscalização (Defis), antecessor da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar). Contratados, o SENAR-PR encarregou-se do treinamento desses técnicos dentro de uma nova ótica, no sentido de que a sanidade animal e vegetal não era apenas uma obrigação do Estado, mas principalmente dos produtores rurais – pecuaristas e agricultores -seus maiores beneficiados.

Todo esse empenho em conjunto com a Secretaria da Agricultura, já na época do Antônio Poloni, culminou com o reconhecimento do Paraná como área livre de febre aftosa na reunião da OIE em maio do ano 2000.

Para garantir à OIE que o Paraná tinha condições de manter-se como área livre, a Secretaria da Agricultura e a FAEP, juntamente como os demais membros do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária (Fundepec), criaram uma taxa cobrada na vacinação para constituir um fundo garantidor de indenizações ao produtor, no caso de surtos de aftosa, como forma de debelar prontamente a ocorrência e garantir ao mercado as nossas condições de nos mantermos como área livre.

Hoje, esse Fundo guardado pelo Fundepec, tem em sua conta R$ 56 milhões para serem usados em emergências sanitárias, e somente nesses casos.

Tudo isso, contudo, foi insuficiente para evitar que em 2005 ocorresse um surto de aftosa que foi mal administrado pelo governo do Paraná, que inexplicavelmente não quis reconhecer a ameaça da doença e durante um tempo crucial se recusou a sacrificar os animais, conforme mandam as normas internacionais.

Mas antes mesmo, ainda no final da década de 1990, a FAEP se concentrou na criação dos Conselhos de Sanidade Agropecuária (CSAs) integrados pela iniciativa privada e técnicos do Governo para exercer uma vigilância permanente a fim de evitar novas ocorrências.

Em 2010, a FAEP propôs ao Governo do Estado a criação da Adapar em substituição ao Defis, para ter maior agilidade nas ações de promoção da defesa sanitária.

A Adapar ainda está em sua fase de estruturação, agora com mais 169 técnicos, nomeados na semana passada pelo governador do Estado, e já providenciando os novos postos de fiscalização. Este foi um passo crucial que o governo do Estado deu para garantir consistência ao sistema de defesa sanitária, para guardar nossas fronteiras e divisas, e evitar que venham ocorrer contaminações que derrubem este grande esforço rumo a novos mercados.

A conscientização dos pecuaristas e a estruturação da Adapar nos dão a confiança de que é possível manter o Paraná como área livre de aftosa sem vacinação. Além disso, a nossa geografia é propícia. Ao Sul, Santa Catarina não vacina mais e está crescendo no mercado exterior de carne suína. Na costa Oeste, o Paranazão é uma proteção respeitável, como também o é o Paranapanema ao Norte. Tudo isso facilita nossa tarefa.

A preocupação do Sistema FAEP/SENAR-PR não se restringe ao esforço político. Nestes anos todos o SENAR-PR investiu cerca de R$ 15 milhões no treinamento de mais de

61 mil trabalhadores, produtores rurais e técnicos, inclusive do Estado, em diversas atividades da pecuária, onde a sanidade sempre teve papel de destaque.

Foram investidos R$ 11 milhões em viagens técnicas de produtores e técnicos aos Estados Unidos, Canadá e Europa para aprenderem como se faz agricultura e pecuária nos países desenvolvidos, onde a sanidade é levada extremamente a sério.

Em todos os trabalhos realizados pelo sistema FAEP/SENAR-PR desde 1994 até agora, incluindo mais os seminários, a contratação de consultoria, as reuniões com pecuaristas e técnicos, a defesa dos interesses dos pecuaristas, foram mais R$ 30 milhões. Ao todo, o sistema FAEP/SENAR-PR investiu cerca de R$ 56 milhões.

E todo esse esforço de anos teria que desembocar na atitude que hoje adota o governo, de encerrar a vacinação. Mas o que significa este fato para nossa economia?

Em consequência do surto de 2005, a FAEP encomendou um estudo de um especialista da Universidade de Brasília, que trabalhou com nossos técnicos, para levantar o quanto nosso Estado perdeu naquela oportunidade. Foram mais de R$ 2 bilhões só em exportações não realizadas.

Atualmente, nossa comercialização de carnes tem um trânsito restrito. Não alcança os grandes mercados internacionais, que pagam mais por elas.

O Paraná é um grande produtor de carne suína e poderá expandir muito mais, se tiver condições de conquistar novos mercados. Não podemos ficar a mercê de apenas alguns compradores, como é o caso da Rússia, que periodicamente encontra um pretexto para fechar suas portas ao produto brasileiro, quando lhe parecer conveniente, por motivos, nem sempre racionais.

A carne suína é a mais consumida no mundo. Mercados existem: a China, o Japão, a Europa, os Estados Unidos, que por sinal é o maior importador. A decisão do Estado de eliminar a vacinação é um passo importante para podermos entrar nesses países.

Quanto à carne bovina, poderemos conquistar mercados, levando-se em conta que o Paraná pode muito bem oferecer um produto de qualidade, com o desenvolvimento de genética, que só compensa se nossos pecuaristas tiverem uma boa perspectiva.

A FAEP está, atualmente, trabalhando com grupos de pecuaristas que estão avançando celeremente para se posicionar no mercado com carnes de alta qualidade e que, certamente, terão preços compensadores.

Mesmo em relação à carne de frango, da qual o Paraná é o maior exportador brasileiro e o Brasil o maior exportador mundial, é preciso vigilância, mesmo que o sistema privado mantenha um bom esquema sanitário.

Estamos no caminho certo. Se quisermos desenvolver nossas atividades na pecuária e na indústria dela decorrente, é preciso avançar. Desta forma, a FAEP reintera a sua aprovação e o seu apoio à iniciativa da Secretaria da Agricultura de suspender a vacinação contra a febre aftosa. Assim nos candidatamos a conquistar novos mercados, com maior renda para produtores rurais e para a sociedade paranaense, através das atividades industriais e do crescimento econômico.

Aftosa: porque área livre sem vacinação

Com certificação livre de aftosa sem vacinação, a produção de carnes do Paraná terá o comércio mundial aberto

É longo e meticuloso o processo de obtenção do reconhecimento internacional de área livre de febre aftosa sem vacinação, pela Organização Mundia de Saúde Animal (OIE). Mas é um trabalho que vale a pena porque tem um amplo significado. Econômico, ao ampliar a abertura de mercados compradores exigentes (e bons pagadores); Político, porque elimina, por exemplo, o argumento da sanidade como arma de bloqueio de importações; e Social ao proporcionar uma reação em cadeia - os melhores preços alcançam a base da pirâmide, os produtores; e oferece segurança alimentar como alavanca do aumento do consumo interno e externo.

Ao anunciar que a atual campanha de vacinação de bovinos e bubalinos de zero a 24 meses poderá ser a última no Estado, a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento (Seab) desencadearam protestos de alguns setores da bovinocultura de corte. Para debater essa questão, foi realizada no último dia 11 um audiência pública na Assembleia Legislativa do Paraná, em Curitiba, que reuniu parlamentares, entidades agropecuárias e produtores. Nela, o secretário Norberto Ortigara, da Agricultura, lembrou:

"Se nada for feito agora, daqui a 10 anos o Paraná estará no mesmo lugar discutindo se inicia esse processo ou não".

Entidades como o Centro Panamericano de Febre Aftosa (Panaftosa) e a Comissão Sul Americana para a Luta Contra a Febre Aftosa (Cosalfa) preveem uma América Latina com ou sem vacinação até 2020. Ou seja, as autoridades sanitárias paranaenses estão apenas antecipando algo que ocorrerá em cinco anos.

A suspensão da vacinação "é uma evolução normal, uma medida responsável e desejável, que precisa atender a pré-requisitos, como a ausência de circulação visual e não deve defender interesses setoriais", diz com autoridade Sebastião Costa Guedes,vice-presidente do Conselho Nacional de Pecuária de Corte (CNPC) e presidente do Grupo Interamericano para a Erradicação da Febre Aftosa (Giefa).O fato é que o vírus da febre aftosa não circula no Paraná há pelo menos 10 anos, e há pouco mais de três anos nas Américas.

Calendário

A Adapar e a Seab, em conjunto com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), estabeleceram um calendário exigido pela OIE para a suspensão da vacina. Assim, além da contratação de 169 técnicos pela Adapar (BI 1300) e a

instalação de 23 postos de controle nas divisas com Estados e nas fronteiras com a Argentina e Paraguai, haverá restrições ao ingresso de animais vacinados. Em setembro de 2016, o enviará pleito à OIE com as auditorias e exames sorológicos já realizados. A expectativa é que em maio de 2017 ocorra a formalização desse reconhecimento por parte da OIE.

O cumprimento desse calendário estabelecido para a obtenção de área livre sem vacinação – que vem sendo religiosamente cumprido pelos órgãos oficiais – coloca a FAEP em posição favorável à essa tese.

"A FAEP reitera a sua aprovação e o seu apoio à iniciativa da Secretaria da Agricultura de suspender a vacinação contra febre aftosa. Assim nos candidatamos a conquistar novos mercados, com maior renda para produtores rurais e para a sociedade paranaense, através das atividades industriais e do crescimento econômico", afirmou o presidente da FAEP, Ágide Meneguette na audiência pública do dia 11.

Modernização

Há uma insaciável e crescente sede por proteína animal no mundo e o Brasil é a grande fonte dessa riqueza alimentar. É esse exército de produtores, a indústria e seus trabalhadores, e a balança comercial do país os grandes beneficiados com a suspensão da vacinação. Muitos países, como Japão e Estados Unidos, dão prioridade na compra de carnes suínas de áreas livres de febre aftosa sem vacinação. Como diz o médico-veterinário Eliel de Freitas, presidente do Conselho Estadual de Medicina Veterinária do Paraná (CRMV-PR), "esse processo representa a modernização da sanidade agropecuária em todas as frentes".

A eliminação da vacinação dos rebanhos do Paraná contra a febre aftosa também foi defendida pelo presidente da Associação Paranaense de Suinocultores (APS), Jacir José Dariva. "É uma condição que perseguimos há tempos. Santa Catarina, por exemplo, já tem esse status há 8 anos e se beneficia dessa situação, com números expressivos nas exportações da carne suína daquele estado, que obtém melhores preços", disse ele. Ele faz uma comparação entre o preço da tonelada da carne suína pago pela Rússia, cotado em R$ 2,7 mil, contra os R$ 5 mil pagos pelo Japão, um mercado mais exigente.

Como diz a capa desse BI "Um país não vende carne, mas sanidade e qualidade".

Paraná: da soja e milho à proteína animal

O Paraná é fundamental na produção do complexo brasileiro de proteína animal e uma das explicações está nas grandes safras de milho e soja. Isso resultou no crescimento e desenvolvimento das granjas de pequeno e médio porte, como a avicultura e suinocultura.

Com aproximadamente 276 milhões, é o Estado de maior participação no plantel nacional da avicultura, representando 22,1% do efetivo total e 47,7% do efetivo da região Sul. A criação é conduzida por 19 mil produtores de frango, segundo a Seab, com a geração de 660 mil empregos diretos e indiretos, de acordo com dados do Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado do Paraná (Sindiavipar).

Segundo a Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS), a suinocultura envolve mais de 40 mil produtores em todo o país, com 1,65 milhões de matrizes tecnificadas. A atividade gera um milhão de empregos diretos e indiretos, principalmente na região Sul. No Paraná estima-se que há 31 mil suinocultores com produção regular de caráter comercial e um rebanho de 5,4 milhões suínos, o terceiro do país.

O plantel total de bovinos soma 211,9 milhões de cabeças no Brasil e o Paraná concentra 9,39 milhões de animais, segundo dados do IBGE. O Estado ocupa a 9ª posição no ranking efetivo do rebanho bovino em todo o país.

SISTEMA FAEP

SENAR PARANÁ

FAEP FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

SINDICATO RURAL

BOLETIM INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXIV nº 1314 - 17/08/2015 a 23/08/2015

Tiragem desta edição 25.000 exemplares

O FUTURO DA PECUÁRIA

INJUSTIÇA

A truculência da justiça em Guaíra

SANIDADE

Os investimentos da FAEP na agropecuária

SENAR-PR

Fomento para a criação de projetos

Pecuária Moderna

Governo estadual, FAEP e entidades lançaram o Plano Integrado de Desenvolvimento da Bovinocultura de Corte no Paraná

Por Hemely Cardoso

O Paraná deu mais um passo importante para impulsionar a pecuária de corte no Estado. No último dia 11 de agosto, o governador Beto Richa lançou o Plano Integrado de Desenvolvimento da Bovinocultura de Corte no Paraná, no Palácio Iguaçu, em Curitiba. "Num esforço conjunto entre o público e o privado, podemos tornar o Paraná reconhecido pela qualidade de carne, com o uso de novas tecnologias e manejo do rebanho", disse o governador. O Plano é resultado de uma iniciativa da FAEP, em parceria com outras entidades, e envolve toda a cadeia produtiva com o objetivo de produzir carne de qualidade e aumentar a remuneração da pecuária nos próximos dez anos.

Diante de uma plateia de centenas de produtores rurais, líderes sindicais, representantes das indústrias frigoríficas, pesquisa, ensino, extensão rural e assistência técnica, Richa reafirmou o compromisso do governo estadual com o setor e enumerou os avanços dos últimos anos, como a criação da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), que atua na prevenção e preservação da sanidade da produção agropecuária. "O governo estadual faz o que está ao seu alcance para que o Paraná possa conquistar o reconhecimento de status de área livre de aftosa, sem vacinação. De que adianta nós perseguirmos essa meta se não tivermos um produto de qualidade para oferecer aos mercados internacionais, cada vez mais exigentes? O status de uma carne de qualidade garantirá mais exportações e renda aos produtores paranaenses", destacou.

O governador disse ainda que os produtores estão cumprindo com o seu papel, mas o problema está da porteira para fora. "O governo federal não tem cumprido com suas obrigações e desta forma está encarecendo o custo de produção no Brasil com a falta de investimentos em infraestrutura", observou. Segundo ele, há um grande empenho do governo em melhorar as condições viárias do Estado, tanto na conservação das estradas pavimentadas, como através das patrulhas rurais no campo. "No ano passado recuperamos 3.200 quilômetros de estradas e fizemos investimentos no Porto de Paranaguá, o que resultou na modernização e na eficiência do porto", enumerou.

Durante o evento, o presidente das FAEP, Ágide Meneguette, destacou a importância econômica da pecuária, que representa R$ 3,5 bilhões do Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária no Paraná. "Não é pouca coisa, mas pode ser mais", avaliou. De acordo com ele, a parceria público-privada é uma alavanca para o crescimento da atividade, que pode dar resultados poderosos no aumento da produção, na sua qualificação, na criação de empregos e renda. Confira na íntegra o discurso de Ágide Meneguette na página ao lado.

Pecuária moderna

Durante a cerimônia de abertura do evento, o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, fez o seguinte pronunciamento:

O evento de hoje representa uma grande parceria público-privada em prol do desenvolvimento da bovinocultura paranaense.

O plano que está sendo lançado é uma alavanca para o crescimento de um dos setores que ainda patina tecnologicamente, mas já demonstra seu grande potencial. E significa, talvez, o maior patrimônio utilizado de terras do Estado.

A pecuária bovina representa R$ 3,5 bilhões do Valor Bruto da Produção agropecuária do Paraná. Não é pouca coisa, mas pode ser mais.

O que se pretende com este plano é organizar a produção e dar a ela a qualidade e a regularidade que o mercado deseja. Já existem iniciativas que demonstram não apenas a viabilidade de uma pecuária racional, mas também a suas possibilidades reais.

O objetivo é produzir carne de qualidade, organizadamente, que obtenha preços mais vantajosos e que possa ter um mercado direcionado e firme.

O Paraná tem a vantagem de possuir dois climas distintos: tropical acima do paralelo 24, ideal para raças derivadas de gado indiano, enquanto abaixo, temperado, predominam as raças europeias e seus cruzamentos.

Nestas condições, contamos com a diversidade, um leque maior para conquistar novos mercados.

Não se trata apenas de uma intervenção no setor produtivo, essencial, diga-se de passagem. Mas também na preparação do Estado para dar suporte a este avanço.

Semana passada tivemos a oportunidade de promover um dia no curso que a Adapar vem dando para seus novos técnicos, nomeados recentemente pelo governo do Estado. Trouxemos lideranças nacionais da pecuária – dos bovinos de corte, de leite, da suinocultura e da avicultura.

Nosso interesse é mostrar a estes novos técnicos da defesa sanitária do Estado o papel a eles destinado para assegurar a sanidade de nossos rebanhos e a segurança alimentar de nossos produtos, através da garantia oficial para o mercado interno e externo.

Da qualidade da carne temos que cuidar nós, os produtores rurais, através do melhoramento genético, das boas e corretas práticas de produção, o que também implica em assegurar a sanidade dos rebanhos.

Ao lançarmos este plano conjunto na sede do governo do Estado estamos dando a ele um significado: o de que a parceria entre o Estado e a iniciativa privada pode dar resultados poderosos no aumento da produção, na sua qualificação, na criação de empregos e renda. Enfim, no incremento da economia, importante no momento difícil em que vive o país.

Com programas como este podemos sinalizar que existem lideranças, – nossos pecuaristas e industriais – capazes de mostrar caminhos para sair da crise e preparar o Brasil para dias melhores.

Congratulo-me com o governador Beto Richa por ter acatado nossa iniciativa e com o secretário Norberto Ortigara, parceiro fundamental para o êxito deste e de outros programas, como o Plante Seu Futuro, indispensável para um novo avanço na produtividade de nossa agropecuária, bem como todas as demais instituições parceiras integrantes desta grande iniciativa.

O Paraná tem potencial

"O Paraná tem condições de produzir um boi precoce, com a redução do tempo de abate e aumentar os índices de natalidade. Queremos que o Estado seja reconhecido por produzir uma carne macia, suculenta e saborosa", disse o secretário da Agricultura, Norberto Ortigara, durante o evento.

De acordo com ele, a parceria público privada é uma relação de "ganha-ganha", em que o pecuarista produz uma carne de qualidade, com regularidade de oferta e o Estado poderá vender essa produção em qualquer mercado do mundo.

O Plano

Durante o evento, o presidente da Comissão de Bovinocultura de Corte da FAEP , do Sindicato Rural de Guarapuava e do Comitê Gestor do Plano, Rodolpho Luiz Werneck Botelho, lembrou que, hoje, a bovinocultura de corte representa nada menos que cerca de dois terços do rebanho paranaense com aproximadamente seis milhões de cabeças, de um plantel total de 9,4 milhões.

Segundo ele, a estrutura fundiária do Estado mostra que 87% das propriedades têm até 50 hectares. Dados do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) apontam que o rebanho médio das 56 mil propriedades é de 109 animais. "Isso denota a peculiaridade do perfil do pecuarista paranaense, que hoje contribui com cerca de 5% da produção nacional de carne bovina. Nada mal para um Estado que conta com apenas 2,3% do território brasileiro", comparou.

Rodolpho explicou que a meta do Plano é melhorar os índices zootécnicos, aumentando a oferta de animais para a industrialização, fomentando a agroindústria e gerando emprego e renda para toda a cadeia. Entre as medidas que fazem parte do Plano, ele apontou a redução da idade de abate do animal, dos atuais 37 meses para meses para 30 meses, assim como a produção de carcaças para 210 quilos por hectare/ano. Hoje, a média paranaense é de apenas 137.

De acordo com presidente da Comissão, o Paraná é um Estado privilegiado: enquanto a taxa de ocupação de pastagens no Brasil é de apenas meia cabeça por hectare/ano, nosso Estado já é capaz de alojar 1,4 cabeças por hectare/ano. "Nossa meta é atingir duas cabeças por hectare/ano", revelou, acrescentando que há exemplos no Paraná de produção de animais com 14 meses de idade, com rendimentos de carcaças superiores a 58%, resultados similares aos mais eficientes do mundo. "Sabemos que esses dados representam o que há de melhor no setor produtivo, entretanto, esses exemplos precisam ser divulgados e as tecnologias que permitem essa produção devem ser amplamente aplicadas", explicou.

Quando o assunto é o futuro da pecuária paranaense, ele avaliou: "Nós podemos crescer com a aplicação de diversas ferramentas de tecnologia de produção, gestão, comercialização e organização dos produtores. Para que tudo ocorra conforme o planejado, faço um apelo especial ao pecuarista, para que ele se abra às inovações, participe dos fóruns de discussão e contribua com a evolução da atividade".

Comitê Gestor

Todas as ações incorporadas ao Plano foram estabelecidas pelo Comitê Gestor, um grupo formado pelas seguintes instituições: Sistema FAEP/SENAR-PR, Adapar, Emater, Instituto Agronômico do Paraná (Iapar), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab), Fundo de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Paraná (Fundepec), Sociedades Rurais, Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), representantes dos produtores, da indústria, do sistema bancário e das universidades paranaenses.

Inácio Kroetz
Diretor-presidente da Adapar

A sanidade animal deve ser trabalhada em conjunto com a produção de carne de qualidade. Com o status de área livre de aftosa sem vacinação vamos entrar em mercados exigentes que demandam produtos de qualidade. Com esse Plano, teremos todas as ferramentas necessárias para chegarmos lá.

Edson Pascoal Cardozo
Superintendente do Banco do Brasil no Paraná

Com o apoio técnico, o Paraná fez uma revolução no plantio de grãos e por que não podemos fazer isso com a pecuária? Vim aqui pessoalmente para reforçar o meu compromisso com o setor, que já é antigo do Banco do Brasil. Dos R$ 8 bilhões em linhas de crédito que nós liberamos para a safra 2014/2015 em todo o país, R$ 2,8 /bilhões são destinados à pecuária. Já somos o maior apoiador da pecuária no Paraná e seremos parceiro na expansão e modernização da atividade em todo o Estado.

Sebastião Brasil Campos Lustosa
Professor doutor da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)

Os índices zootécnicos estão estagnados há mais de 20 anos na pecuária paranaense. Com o Plano podemos mudar essa realidade e modernizar a atividade, melhorando a gestão de recursos do pecuarista, o que vai resultar em melhor produtividade à toda cadeia produtiva de gado de corte.

Paulo Rossi

Coordenador do Laboratório de Pesquisas em Bovinocultura da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Pela primeira vez nós estamos conseguindo unir todas as forças do Estado para tentar alavancar esse setor. Sem o setor público, a parceria entre as instituições, não há como avançar. Nós já avançamos em outras atividades agropecuárias e acredito que é o momento da pecuária de corte.

Elir de Oliveira

Coordenador técnico da regional Oeste do Instituto Agronômico do Paraná (Iapar)

Esse plano é revolucionário porque conseguiu unir todas as instituições e com o aval do governador e do secretário da Agricultura. Demos o primeiro passo, o segundo agora é levar isso ao campo. Com o lançamento e a repercussão do assunto nas mídias, o Plano vai chamar a atenção dos pecuaristas, uma vez que a adesão deles é fundamental para colocarmos nossas ações em prática. O nosso desafio agora é envolver os órgãos de pesquisa, marcar as reuniões no interior para começarmos a detectar as propriedades que serão referência no Estado.

Pedro Lupion

Deputado estadual e presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Assembleia Legislativa

Nós temos que apoiar o agronegócio porque não existe um município no Paraná que não tenha produtor rural. Temos condições de produzir carne de qualidade e nós, deputados, temos a responsabilidade de buscar soluções para o setor.

SISTEMA FAEP

SENAR PARANÁ

FAEP FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

SINDICATO RURAL

BOLETIM INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXIV nº 1297 - 13/04/2015 a 19/04/2015

Tiragem desta edição 25.000 exemplares

SANIDADE A HORA É AGORA!

PASTAGENS

Dicas de quem conhece

HISTÓRIA

O Forte Príncipe da Beira

PROAGRO

Medidas pleiteadas pela FAEP

Sanidade: hora de pegar o touro à unha

O plano de voo para a liberação do Paraná como zona livre da febre aftosa.

De forma sistemática, a FAEP, em todas as instâncias, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (Seab), Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Paraná (Fundepec-PR), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Assembleias da Organização Mundial da Saúde Animal (OIE), com sede em Paris, vem historicamente lutando para transformar o Paraná num Estado diferenciado em matéria de sanidade animal e vegetal. Fato não é de hoje essa atuação, o que pode ser exemplificada por um episódio ocorrido em uma das Assembleias da OIE. Nela a então ministra da Agricultura do Canadá se aproximou de uma roda de brasileiros onde se incluía representantes da FAEP.

Um dos brasileiros disparou à ministra:

- "Vocês não têm medo de perder competividade no mercado para os produtos brasileiros?"

E ela respondeu:

- "Vocês vendem produtos, nós vendemos segurança alimentar". A antiga lição da canadense ainda não foi aprendida pelas autoridades do governo, porque o Brasil ainda não concluiu os procedimentos da estruturação física e humana exigidos para dar garantias aos padrões internacionais da sanidade animal.

É algo que a FAEP vem perseguindo, motivando e conscientizando os produtores, incentivando a atuação dos Conselhos de Sanidade Agropecuária (CSAs) nos municípios, pressionando governantes. "A filosofia é enxergar a sanidade animal e vegetal como um ativo, entender que é um valor que se soma ao ambientalmente correto e à segurança alimentar, fatores valorizados

num mercado competitivo como o da proteína animal", diz Antônio Poloni, assessor da presidência da FAEP e incansável batalhador pela sanidade na agropecuária paranaense.

Nesse rumo, em 2010, a FAEP apresentou a proposta da criação da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) aos então candidatos ao governo do Estado (Beto Richa e Osmar Dias). Ela foi criada por Beto, da mesma forma que a Agência de Desenvolvimento, também sugerida pela FAEP.

Não é necessário o preciosismo nos cálculos para se verificar que as cadeias da avicultura, suinocultura e bovina oferecem aos cofres públicos saldos positivos resultantes do mercado interno e externo. Da mesma forma a rentabilidade obtida pelos produtores dos pastos e granjas pode se multiplicar e a qualidade garantida incentiva o consumidor nos mergulhos nas áreas refrigeradas dos supermercados.

"Touro a unha"

Para subir degraus entre os estados líderes na produção de alimentos de origem animal, as questões de sanidade devem ser tratadas como estratégicas no Paraná. Ou seja, é preciso pegar o touro a unha.

Assim, nesse sentido, a FAEP, a Adapar e a Seab, finalmente estabeleceram uma agenda para o triênio 2015/2016/2017 que, se cumprida, colocará o Estado como um exemplo a ser seguido.

Para isso, de imediato, é necessário cumprir medidas na estrutura física e de recursos humanos na área de sanidade animal e vegetal.

No final do mês passado, durante reunião do Conselho Estadual de Sanidade (Conesa), em Curitiba, com autoridades estaduais, municipais e o setor privado do Estado e Guilherme Marques, diretor do Departamento de Saúde Animal, do MAPA, foi estabelecido um cronograma que, em resumo, estabelece as seguintes medidas:

2015

- Em maio, vacinação de bovinos e bubalinos com idade até 24 meses;
- De abril a junho, contratação e treinamento de 169 técnicos pela Adapar;
- Reestruturação de um sistema de barreiras sanitárias, sobretudo nos 23 postos de fronteira existentes com São Paulo e Mato Grosso do Sul; construção de instalações, barreiras e equipamentos nessas unidades de vigilância e atuação de equipes volantes;
- Em julho, solicitação de auditoria e autorização pelo governo do Estado, para a suspensão de vacinação junto ao MAPA.
- Em agosto e setembro, auditoria do MAPA;
- Em novembro, suspensão da vacinação contra a aftosa.

2016

- **Primeiro semestre** – inquérito sorológico no gado paranaense para a verificação da não circulação viral. Constatada a não circulação viral, em setembro haverá o encaminhamento pelo MAPA para a OIE da solicitação de reconhecimento do Paraná como zona livre sem vacinação. No final de 2016, análise da solicitação pelo Comitê Científico da OIE;
- Em maio de 2017, cumpridos esses procedimentos, durante a Assembleia Geral da OIE poderá ocorrer a LIBERAÇÃO DO PARANÁ como zona livre da febre aftosa;
- Em nota distribuída pela assessoria do MAPA, logo após a reunião do Conesa, Guilherme Marques disse que o Paraná "tem plenas condições de atingir um novo e mais vantajoso status sanitário, através da adoção das medidas corretivas apontadas pelo ministério, em conformidade com o padrão sanitário internacional".

Peste suína clássica

Há mais de 20 anos não há registro de peste suína clássica no rebanho paranaense de 5,6 milhões de cabeças. A liberação do Paraná seguirá o sistema de vigilância adotado em relação à febre aftosa e o cronograma será reduzido em um ano. A previsão é de que o MAPA faça uma avaliação entre julho e agosto e, em setembro, o Ministério apresente seu relatório ao Comitê Científico da OIE. Em maio de 2016, na Assembleia Geral da Organização, poderá ocorrer a liberação oficial do Estado na questão da peste suína clássica.

23% do PIB do país

Hoje exportamos para mais de 150 países, entre eles Rússia e Japão e o agronegócio responde por 40% de tudo que é exportado pelo país. No Paraná, de todos os produtos vendidos lá fora, 70% são do setor agrícola. "A produção rural e a agroindústria determinam o rumo da economia do nosso Estado", apontou Poloni. Além dos números na balança comercial externa, o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio em 2014 atingiu 23% do PIB total da economia brasileira, com cerca de R$ 1,1 trilhão.

Desse total, as atividades agrícolas representam 70% e a pecuária, cerca de 30% do valor produzido no ano. O país é o maior exportador de carne bovina no mundo, com 2,03 milhões de toneladas embarcadas ao longo do ano passado, segundo dados do Departamento da Agricultura dos Estados Unidos (USDA). Somente nos dois primeiros meses deste ano, o setor exportou um total de US$ 859 milhões com 194 mil toneladas, de acordo a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec).

No Paraná (9º produtor de bovinos), o Valor Bruto da Produção (VPB) da pecuária em 2013 foi de R$ 5,20 bilhões, 15% acima dos R$4,54 bilhões registrados em 2012. Os dados são do Departamento de Economia Rural (Deral), da Seab.

Os importadores

Em 2014, os principais países compradores de carne brasileira foram Hong Kong, com participação de 21,8% do total vendido, seguido de Rússia (18,66%), Venezuela (11,95%), Egito (7,52%) e Chile (6,1%).

Na suinocultura, por exemplo, as exportações brasileiras somaram US$ 1,5 bilhão no ano passado, alta de 16,9% em comparação com a receita de 2013. Em volume, os embarques atingiram 494 mil toneladas entre janeiro e dezembro, segundo a Associação Brasileira dos Criadores de Suíno (ABCS). No Paraná, o Valor Bruto da Produção (VBP) da atividade foi de R$ 3,53 bilhões em 2013, com crescimento de 27% na comparação ao ano anterior, quando registrou R$2,78 bilhões. O volume exportado pelo Estado foi de 43.138 toneladas, representando 8,4% dos embarques internacionais.

No Estado, segundo o MAPA, há 22 frigoríficos com inspeção federal (SIF) no abate de bovinos e 13 para o abate de suínos.

Rebanho

O plantel total de bovinos soma 211,9 milhões de cabeças no Brasil e o Paraná concentra 9,39 milhões de animais, segundo dados do IBGE. A suinocultura envolve mais de 40 mil produtores em todo o país, com 1,65 milhões de matrizes tecnificadas, de acordo com dados da ABCS. A atividade gera um milhão de empregos diretos e indiretos.

Com e sem vacinação

Hoje perdemos de exportar para países como Japão e Coréia do Sul, porque esses países só importam carne bovina de áreas livres de aftosa. Remunerando em até mais de 40% a tonelada do produto na comparação com outros países importadores menos exigentes. O Japão, por exemplo, importou no ano passado 710 mil toneladas de carne bovina e movimentou US$ 3 bilhões, segundo relatório do USDA. De acordo com o documento, o país pagou US$ 6.432,00 por tonelada de carne e vitelo. Se formos comparar a Hong Kong, nosso maior importador de carne bovina, o valor da tonelada sai por US$ 3.956, conforme dados da Abiec. "A diferença é muito grande e estamos perdendo por causa desses problemas de questões sanitárias", avaliou Poloni.

Fundepec, o seguro garantidor

Criado em 14 de novembro de 1995, por decisão conjunta de instituições representativas de produtores rurais e da indústria, o Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Paraná (Fundepec-PR) teve uma singularidade na formação de seus recursos. Na época, o Paraná possuía um rebanho de bovinos de pouco mais de oito milhões de cabeças e cada proprietário contribui inicialmente para esse "capital inicial" com R$ 0,25. Cota que aumentou em seguida para R$ 1,00.

Hoje, segundo seu último balanço (publicado nesta edição – pg. 25) os recursos em aplicações somam quase R$ 56 milhões. Entre suas ações está a de promover e divulgar campanhas voltadas à profilaxia, erradicação de enfermidades, e ao desenvolvimento técnico da agropecuária e seus produtores.

O Fundepec é uma espécie de "seguro garantidor", porque seus recursos servem exclusivamente para a indenização a produtores rurais paranaenses, referentes a animais sacrificados, por eventual abate resultante de questões sanitárias.

24/06/2015 14h52 - Postado em **PECUÁRIA DE CORTE**

Febre Aftosa – Ministra afirma que Paraná está no caminho certo

Tweet Imprimir

Na última terça-feira (24), a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) Kátia Abreu, disse estar otimista para a emissão da certificação internacional que comprova que o Paraná está livre da febre aftosa, sem vacinação.

Ela afirmou que, com a certificação, as exportações tendem a crescer e a chegar a mercados inexplorados. “O Paraná é um dos

estados brasileiros mais adiantados para conseguir as certificações. Isso é reflexo do apoio que temos do governador Beto Richa", afirmou.

A Seab, a Adapar, a FAEP e pecuaristas estão atuando na busca do reconhecimento pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) do status ao Paraná como estado livre da febre aftosa, sem vacinação. Várias etapas vêm sendo cumpridas com esse objetivo.

Além da instalação de postos de controle nas divisas e fronteiras do estado e a contratação de novos profissionais em sanidade, o governo estadual já entrou com o pedido de reconhecimento de área livre de aftosa no MAPA. "Agora, com os investimentos realizados, vamos esperar a auditoria no Ministério da Agricultura. A conquista desse importante certificado trará mais crescimento para os produtores paranaenses", disse Norberto Ortigara, secretário de Agricultura e Abastecimento do Paraná.

Tags: aftosa, agricutura, Faep, febre, kÁtia Abreu, mapa, ministra, Paraná, vacinação,

NOTÍCIAS RELACIONADAS

Oeste aposta em conselhos para aproximar PR do status de livre de aftosa sem vacinação

FAEP reforça canal de diálogo junto a órgãos do governo estadual

CAEPF: FAEP elabora orientações do cadastro para auxiliar os produtores

Quebra da safra de soja deve passar de 30% no Oeste e Sudoeste do Paraná

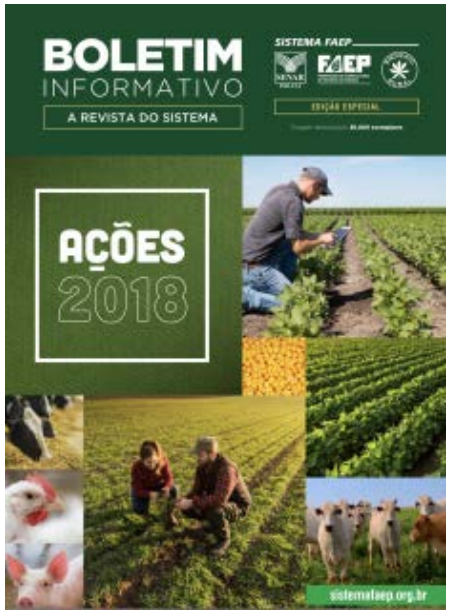
COTAÇÕES

CLIMA Curitiba

Curitiba, Sex 25/01

17ºC | 23ºC

BOLETIM **INFORMATIVO**



Relatório de Atividades do Sistema FAEP/SENAR-PR 2018

BAIXAR PDF

OUTRAS EDIÇÕES

PROGRAMAS E PARCEIROS

HERDEIROS doCAMPO

HortiMais
Programa de qualificação de olericultores

Aliança Láctea Sul Brasileira

R. Marechal Deodoro, 450, 14º andar - Curitiba - PR - CEP: 80010-010 - Fone: **41 2169-7988/2106-0401** - Fax: **41 3323-2124**

NOTÍCIAS

Trânsito Agropecuário - Adapar realiza capacitação de Assistentes de Fiscalização de Defesa Agropecuária.

31/07/2015

Adapar está realizando no mês de julho de 2015, capacitação dos Assistentes de Fiscalização de Defesa Agropecuária (AFDA) que atuam no controle do trânsito agropecuário do Paraná. Até o momento foram capacitados 167 (cento e sessenta e sete) servidores lotados nas regiões de Toledo, Umuarama, Paranavaí, Maringá, Londrina, Cornélio Procópio, Jacarezinho, Ponta Grossa, Curitiba, Paranaguá, União da Vitória, Pato Branco e Francisco Beltrão.

O curso esta sendo ministrado por Fiscais de Defesa Agropecuária da Adapar, tendo como conteúdo todos os procedimentos relacionados ao controle e fiscalização de trânsito animal em postos fixos. "A intenção é que sejam realizados novos treinamentos periodicamente, buscando-se concluir dois eventos ao ano em cada Unidade Regional de Sanidade Agropecuária (URS)", relata Gilmar Neves, coordenador do Programa de Controle de Trânsito Animal.

"A promoção de capacitações e atualizações para os servidores da Adapar sempre foi uma constante desde a criação da instituição, porém a busca do reconhecimento por parte da OIE de estado livre de Peste Suína Clássica, e do status sanitário de livre de febre aftosa sem vacinação, reforçam ainda mais esta necessidade, resultando sempre na melhoria dos serviços prestados a sociedade paranaense" conclui Marcos Kanashiro, gerente do Trânsito Agropecuário da Adapar.

Atualmente a Adapar tem concentrado esforços na ampliação de sua estrutura, tanto física como técnica, com vistas a prevenção e vigilância sanitárias animal e vegetal.
Fonte: **Adapar**

CONFIRA A GALERIA DE FOTOS DESTA NOTÍCIA:

Notícias relacionadas:

- 31/07/2015 - Trânsito Agropecuário - Adapar realiza capacitação de Assistentes de Fiscalização de Defesa Agropecuária.

COMPARTILHE:

Imprimir Baixar

http://www.adapar.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=219&tit=Transito-Agropecuario-Adapar-realiza-capacitacao-de-Assistentes-de-Fiscalizacao-de-Defesa-Agropecuaria

Trânsito Agropecuário - Adapar realiza capacitação de Assistentes de Fiscalização de Defesa Agropecuária.

31/07/2015

Adapar está realizando no mês de julho de 2015, capacitação dos Assistentes de Fiscalização de Defesa Agropecuária (AFDA) que atuam no controle do trânsito agropecuário do Paraná. Até o momento foram capacitados 167 (cento e sessenta e sete) servidores lotados nas regiões de Toledo, Umuarama, Paranavaí, Maringá, Londrina, Cornélio Procópio, Jacarezinho, Ponta Grossa, Curitiba, Paranaguá, União da Vitória, Pato Branco e Francisco Beltrão.

O curso esta sendo ministrado por Fiscais de Defesa Agropecuária da Adapar, tendo como conteúdo todos os procedimentos relacionados ao controle e fiscalização de trânsito animal em postos fixos. "A intenção é que sejam realizados novos treinamentos periodicamente, buscando-se concluir dois eventos ao ano em cada Unidade Regional de Sanidade Agropecuária (URS)", relata Gilmar Neves, coordenador do Programa de Controle de Trânsito Animal.

"A promoção de capacitações e atualizações para os servidores da Adapar sempre foi uma constante desde a criação da instituição, porém a busca do reconhecimento por parte da OIE de estado livre de Peste Suína Clássica, e do status sanitário de livre de febre aftosa sem vacinação, reforçam ainda mais esta necessidade, resultando sempre na melhoria dos serviços prestados a sociedade paranaense" conclui Marcos Kanashiro, gerente do Trânsito Agropecuário da Adapar.

Atualmente a Adapar tem concentrado esforços na ampliação de sua estrutura, tanto física como técnica, com vistas a prevenção e vigilância sanitárias animal e vegetal.
Fonte: **Adapar**

CONFIRA A GALERIA DE FOTOS DESTA NOTÍCIA:

Notícias relacionadas:

- 31/07/2015 - Trânsito Agropecuário - Adapar realiza capacitação de Assistentes de Fiscalização de Defesa Agropecuária.

COMPARTILHE:

Imprimir Baixar

Topo

© Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR

Rua dos Funcionários, 1559 - 80035-050 - Curitiba - PR MAPA

41 3313-4000

Para maiores informações entre em contato

Secretaria da Agricultura e Abastecimento

CELEPAR

http://www.adapar.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=219&tit=Transito-Agropecuario-Adapar-realiza-capacitacao-de-Assistentes-de-Fiscalizacao-de-Defesa-Agropecuaria